



ANEXO 1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

TERMO DE REFERÊNCIA

MARÇO /2026



SUMÁRIO

1.	OBJETO
2.	JUSTIFICATIVA.....
3.	VIGÊNCIA DO CONTRATO
4.	RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
4.1.	Unidade:
4.2.	Fonte dos Recursos:.....
4.3.	Projeto
4.4.	Despesa
4.5.	Fonte
4.6.	Ficha.....
4.7.	Suplementação.....
5.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....
6.	ESTRUTURA E PERFIL DA UNIDADE
6.1.	Sobre Bens Patrimoniais
6.2.	Equipe Mínima Necessária.....
7.	CARACTERÍSTICAS RESUMIDAS DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS
7.1.	Assistência Hospitalar
7.2.	Hospital Dia
7.3.	Atendimento a Urgências Hospitalares.....
7.4.	Programas Especiais e Novas Especialidades de Atendimento.....
7.5.	Estrutura e Volume de Atividades Contratadas
8.	ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO



8.1. Critérios Gerais para o Acompanhamento do Contrato	
9. ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO, CUSTOS E SISTEMA DE PAGAMENTO	
9.1. Subdivisões da área Assistencial	
9.2. Do montante de pagamento	
9.3. Dos critérios de pagamento	
9.4. Forma gerais de transferência dos recursos financeiros	
10. DA RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELOS ATOS DE SEUS EMPREGADOS E DE TERCEIROS POR ELA CONTRATADOS	
11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	
12. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE	
13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.....	
14. DAS DIRETRIZES CLÍNICAS, NORMAS, ROTINAS BÁSICAS E PROCEDIMENTOS.....	
15. DO ASPECTO INSTITUCIONAL	
16. DO ASPECTO OPERACIONAL	
17. DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO	
18. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	
19. DAS PENALIDADES	
ANEXO 1-A – METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO COM PARÂMETROS PARA PAGAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR LINHA DE SERVIÇO..	
ANEXO 1-B – TABELA DE BENS PATRIMONIAIS.....	
ANEXO 1-C – PLANILHA DE DESPESAS E CUSTEIO.....	
ANEXO 1-D – TERMO DE PERMISSÃO DE USO	

1. OBJETO

Seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos qualificada como Organização Social de Saúde (OSS) no âmbito do Município de Muqui-ES, para celebração de CONTRATO DE GESTÃO objetivando o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, do Hospital Maternidade Dr. Aluísio Filgueiras, no Município de Muqui-ES", em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal, gratuita e igualitária à população, conforme obrigações e especificações abaixo descritas:

- a) Prestação gratuita, universal e igualitária dos serviços de atenção à saúde aos usuários do SUS e conforme este Termo de Referência;
- b) Aquisição, gestão e logística de suprimentos farmacêuticos e hospitalares respeitando preços médios praticados no mercado;
- c) Elaborar política de aquisição de medicamentos, que contemple parâmetros que permitam a prévia estimativa de custos na aquisição e a verificação da cotação de preços;
- d) Fornecimento de medicamentos, de forma gratuita, para todo tratamento prescrito por profissional médico responsável pelo atendimento hospitalar de pacientes internados e em observação no pronto Socorro.
- e) Gestão, guarda e conservação do prédio, terreno e dos bens inventariados pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, incluindo os mobiliários e os equipamentos médico hospitalares. As obras de reformas e ampliações constituem investimento, desta forma serão realizadas se necessário no decorrer do contrato pela administração Municipal. A aquisição de equipamentos também constitui investimento, dessa forma a aquisição deverá ser feita ao longo do contrato pela administração Municipal. Caso ocorrer necessidade e não comprometer ao custeio das ações de saúde a OSS poderá fazer aquisição de equipamentos Hospitalares esporádicos essenciais, desde que autorizadas, previamente, pelo Secretário Municipal de Saúde.
- f) Contratação e gestão de profissionais de todas as áreas concernentes à operacionalização do Hospital Dr. Aluísio Filgueiras, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- g) Execução direta ou subcontratação caso não for possível a execução direta quando julgar necessário, tais como: higienização hospitalar; lavanderia, alimentação de usuários e funcionários; serviços laboratoriais, exames de imagem; manejo e destinação de resíduos hospitalares;
- h) Implementação de processos de humanização durante todo o período de internação, atendimento ambulatorial e de urgência e emergência, buscando garantir a universalidade do acesso, a integralidade do cuidado e a equidade das ofertas dos serviços em saúde;
- i) Administração e gestão de leitos e dos serviços acessórios necessários ao funcionamento da Unidade Hospitalar, hotelaria, e de conforto ambiental e tecnologia da informação, conforme estabelecido no Termo de Referência, no CONTRATO DE GESTÃO e nos respectivos Anexos;
- j) Garantir manutenção e execução do Sistema de Regulação de Leitos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA (CENTRAL DE VAGAS) informatizado;
- k) Desenvolvimento conjunto, conforme normas, critérios e diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, de programas e ações de saúde para prevenção e controle de enfermidades vinculadas à saúde;
- l) Alcance de metas e indicadores qualitativos assistenciais e de gestão que se encontram neste Termo de Referência; (ANEXO 1-A)
- m) Promoção da melhoria da qualidade da atenção e do acesso dos cidadãos às ações e aos serviços de saúde no âmbito da Unidade Hospitalar;
- n) Monitoramento por Câmara das áreas de acesso, recepção, corredores e setores administrativos, excetuando áreas que exponham os usuários em atendimento;
- o) Observar as Diretrizes da Instrução Normativa TC Nº. 42, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (TCE - ES), de 15 de agosto de 2017 que dispõe sobre a fiscalização da formalização, execução dos Contratos de gestão com as Organizações Sociais.



2. JUSTIFICATIVA

O Terceiro Setor consiste em um modelo instituído pela Constituição Federal onde as atividades são atribuídas ao Estado, mas não privativamente. Nesse sentido, o referido modelo se concretiza através do Contrato de Gestão com o escopo de desempenho de atividades necessárias à realização do interesse público, passando a Organização Social a "gerir" bens, insumos e recursos humanos com o compromisso de resultados eficazes;

O processo decisório da transferência do gerenciamento de serviços de saúde para o Terceiro Setor tem como referência, aspectos técnicos e financeiros com o devido estudo de viabilidade e respaldo legal. A sua implementação no país se deu, especialmente a partir do Plano Diretor de Reforma do Estado, iniciado em 1995, no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob a supervisão de Luiz Carlos Bresser-Pereira. A Lei Federal nº 9.637/98, prevê atuações das Organizações Sociais no setor público mediante CONTRATO DE GESTÃO;

Para Rodrigues (2009) o terceiro setor mobiliza e acrescenta, através de suas ações e programas, um dos recursos mais significativos para superar as carências e demandas da sociedade, melhorando a qualidade de vida da população, o capital social, tão ou mais estratégico que o capital econômico para o desenvolvimento de um país;

Estorninho (1999) enumera os seguintes motivos capazes de justificar a atuação do Terceiro Setor: agilidade na criação e gestão de atividades administrativas instrumentais; descentralização do poder de gestão e administração da coisa pública; limites da responsabilidade próprios e autônomos; menor ingerência política; legalidade, porém com flexibilização das regras públicas de organização dos instrumentos de ação; processos decisórios ágeis e desburocratizados; economia de mercado (competição); fatores econômicos, como rentabilidade, controle de despesas (economia), diversificação sistemática de funções (bens e serviços); simplificação dos recursos humanos aplicados à prestação contratual (não de servidor público); fatores financeiros, como financiamentos privados, redução dos custos administrativos, vantagens fiscais; cooperação com outros entes organizacionais (públicos e privados), que é o fenômeno típico do terceiro setor, principalmente pelo maior acesso (e apelo participativo) da sociedade civil;

Resta indubitável, o apontamento da literatura para o Terceiro Setor, este apresentando maior eficiência e autonomia em selecionar, contratar e demitir pessoal, o que dá mais agilidade à gestão;

O modelo de gestão administrativa e operacional terceirizado tem sido entendido como uma forma de apoiar a operacionalidade da administração pública, guardando relação com a qualidade na prestação de serviços, bem como a obediência aos princípios e diretrizes do SUS, assegurando a assistência à saúde da população própria e referenciada em caráter contínuo, objetivando o aumento da eficiência;

A gestão compartilhada entre uma Organização Social da Saúde e o Poder Público pode ocorrer em níveis municipais, estaduais ou federais, a partir de contratos com 12 (doze) meses ou mais de duração de acordo com a Lei vigente. Esses projetos devem apresentar iniciativas, metas, prazos de execução, responsabilidades e obrigações dessa parceria, que é estabelecida por meio de um Chamamento Público.

O que torna esse processo vantajoso, em primeiro lugar, é o fato das Organizações Sociais não estarem submetidas às mesmas normas de gestão de recursos humanos, compras, contratos e execução orçamentaria da administração pública. Dessa forma, há mais agilidade, eficiência e qualidade nos serviços prestados. Comprovadamente, esse modelo de administração traz benefícios tanto para os cidadãos quanto para o Poder Público;



Citação do Portal TCU (Parcerias Governo e Sociedade Civil - Modelo OS): Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina: “Os resultados do modelo demonstram que, no geral, os hospitais geridos por OSS são mais eficientes que os hospitais geridos diretamente pelo Estado, dos seis mais eficientes, cinco são hospitais geridos por OSS. Eles, portanto, conseguem oferecer mais serviços com menos insumos. (...) Para estimar o custo da ineficiência hospitalar, uma análise por simulação chegou à conclusão que, num cenário em que a eficiência dos hospitais próprios é a mesma dos hospitais geridos por OSS, a população de Santa Catarina teria um aumento da oferta de produção hospitalar relativa ao dobro da produção hospitalar de 2016 do Hospital Regional Homero de Miranda Gomes.”

Fonte: Análise Econométrica da Eficiência dos Hospitais Estaduais de Santa Catarina: um comparativo entre modelos de gestão - TCE/SC.

Para o adequado funcionamento técnico e administrativo do Hospital Dr. Aluísio Filgueiras são necessárias ações de logística e abastecimento específicos, gerenciamento de pessoas, faturamento e informações sobre saúde concernentes ao atendimento do público em geral. As estruturas físicas e lógicas, bem como os processos, são interligadas de forma que o funcionamento de um componente interfere em todo o conjunto e no resultado final da prestação do serviço.

Atualmente há dificuldades diversas na prestação dos serviços de saúde no município, dentre vários fatores, citamos: dificuldade na contratação de médicos com perfil para atendimento a usuários que procuram o Hospital Municipal, bem como, de enfermeiros e técnicos de enfermagem capacitados e outros profissionais da área de saúde por conta dos elevados custos via administração direta. Outros obstáculos à administração eficiente, eficaz e efetiva são as dificuldades de aquisição de insumos e medicamentos, além da manutenção e aquisição de equipamentos. A agilidade na gerência destes recursos materiais é fundamental para melhor atenção ao usuário com necessidades urgentes e emergenciais. Tais dificuldades surgem durante a realização dos processos administrativos. É necessária a busca por novas formas de gestão, para que muitos destes processos cursem com maior simplicidade e eficácia, buscando um menor custo para a Administração Pública.

Considerando, a incapacidade técnica de pessoal do Município de Muqui atrelado ao limite prudencial da folha de pagamento;

Considerando, a responsabilidade de cumprir os pactos das instâncias superiores (SESA e Ministério da Saúde), tendo a necessidade premente de cumprir com os mesmos indicadores pactuados;

Considerando, as ações contidas nos instrumentos de planejamento da Secretaria Municipal de Saúde de Muqui, principalmente, entre eles o Plano Municipal de Saúde 2021/2025 e a Programação Anual de Saúde 2025 e ações pontuadas na última Conferência Municipal de Saúde realizada pelo Município;

Considerando, as deficiências na capacitação física instalada e capacidade de pessoal instalada no Hospital Municipal Aluísio Filgueiras e visando melhorias na agilidade e qualidade na prestação dos serviços ao usuário do Sistema único de Saúde;



Considerando, o risco de desassistência no setor de medicamentos que abrangem as áreas de atenção primária e, principalmente, o atendimento da média complexidade no Hospital Aluísio Filgueiras em que a falta da capacidade instalada física da mesma;

Considerando, a deficiência no sistema de faturamento da saúde gerando subnotificações que não demonstram a realidade no município;

Considerando, a precariedade do parque tecnológico municipal da saúde, incondizente com a premente necessidade de integração de dados entre os serviços de saúde no município;

Considerando, a falha na malha logística do atendimento pelas Equipes da Estratégia de Saúde da Família;

Considerando, o risco de desassistência ao usuário do sistema de saúde no setor de urgência e emergência no Pronto Socorro Municipal;

Considerando, a dificuldade financeira do Município associado a oscilação de arrecadação aliada à ausência de Expertise municipal da saúde, que inviabilizam a resolução imediata das deficiências consideradas;

E, em especial Considerando ainda a Fiscalização Sanitária realizada nos dias 20 e 21 de março de 2019, que resultou no auto de infração 21032019-2 e termo de interdição 21032019-01 e relatório técnico 21032019/60 que apontou diversas inconformidades, sendo que na sua grande maioria já foram e continuam sendo sanadas e mesmo assim aponta-se a necessidade da transferência da Gestão Hospitalar para OSS.

Mediante o exposto, justifica-se a continuidade de administração pelo Terceiro Setor para que o município possa dar continuidade no gerenciamento do Hospital Municipal, e que este possa continuar suprimindo as necessidades da rede municipal, bem como de seus usuários e operar com alto nível de resolutividade, demandando uma retaguarda dotada de recursos de apoio ao diagnóstico, e uma rede de referência, visto que este tipo de gerenciamento através de OSS com experiência nos últimos 05 anos foi de extremo êxito.

O Termo de Estudo Técnico Preliminar/Termo de Referência-2026, compreende o atendimento assistencial pleno ao usuário, provimento de material, de medicamentos e insumos, da manutenção de materiais, instalações e equipamentos permanentes, integrados à monitoração do processo de gestão de qualidade e segurança ao usuário, desde sua origem ao serviço final.

A formalização do contrato de gestão, objeto deste termo de referência, atende aos preceitos constitucionais da prestação de serviços de assistência à saúde, permitindo que a Administração Pública, dentro da sua obrigação de prestar esses serviços, utilize a contratação de terceiros. Ademais,



por prescindir da cobrança de tarifas, o modelo gerencial proposto respeita a obrigação de gratuidade da prestação dos serviços de assistência à saúde, desonerando os usuários de qualquer espécie de pagamento.

3. VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente CONTRATO DE GESTÃO terá validade de 05 (cinco) anos, renovável de acordo com a avaliação municipal e até o prazo de prorrogação de acordo com prazo limite da Legislação vigente, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, se atingidas pelo menos 70% (oitenta por cento) das metas definidas constantes no contrato de gestão.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A Gestão, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços no Hospital Dr. Aluísio Filgueiras, apresenta o valor mensal de R\$ 499.250,00 (Quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos e cinquenta reais), perfazendo R\$5.991.000,00 (Cinco milhões novecentos e noventa e um mil reais) anual, sendo que as despesas correrão por conta das dotações orçamentárias, conforme descrito abaixo:

4.1. Unidade:

Fundo Municipal de Saúde

4.2. Fonte dos Recursos:

Recurso Próprio, Recurso Federal de Custeio de Média Complexidade (MAC), recursos de emendas parlamentares de custeio e de investimento.

Recursos para pequenos investimentos para manutenção.

4.3. Projeto

005004-103200282.080 - Manutenção das atividades para Funcionamento de Média e Alta Complexidade.

33903900000 /1500001500

4.4. Despesa

3.3.90.39.00 - Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.



4.5. Fonte

SUS-1214

1.201.0001 - Saúde Recursos próprios

1.203.0010 – Mac - Teto Municipal

4.6. Ficha

151

1500 0015

1600 0000 0001

4.7. Suplementação

Se necessário, nos termos da legislação vigente.

5. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Toda instrução processual será pela Lei Federal nº 13.019/2014 e a Lei Federal nº 9.637/98, sendo de forma subsidiária a Lei Estadual nº 489/09, demais Normas do Sistema Único de Saúde (SUS), emanadas pelo Ministério da Saúde (MS) e Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações. Também rege este processo a Lei Municipal n. 740/2018, Decreto Municipal n. 07/2017.

6. ESTRUTURA E PERFIL DA UNIDADE

O Hospital Municipal Dr. Aluísio Filgueiras, fica localizado na Rua João Jacinto, 84, Bairro Boa Esperança, Muqui-ES. É uma Unidade Hospitalar que presta serviços 24 horas por dia, com Portas abertas, todos os dias do ano, com obrigação de acolher a todos os usuários que buscarem assistência, SUS porta aberta, internações clínicas e baixa complexidade de acordo com o porte do hospital e número de leitos, atendimentos de urgência e emergência adulto e pediátrico com estabilização e remoção para hospitais de referência seguindo a grade do Estado do Espírito Santo.

Na condição de serviço público, está vinculada tecnicamente à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS de Muqui-ES, portanto, deve obedecer aos seguintes aspectos:

- a) Universalidade, Igualitariedade de acesso aos serviços de saúde, conforme preceitos o Sistema Único de Saúde(SUS);
- b) Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores a usuários ou seus representantes, responsabilizando-se a contratada por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;
- c) Fornecimento de medicamentos, de forma gratuita, para todo tratamento de Urgência e Emergência e internações prescrito por profissional médico responsável pelo atendimento;

- d) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- e) Direito de informação sobre a saúde das pessoas assistidas;
- f) Divulgação de informações quanto ao potencial dos serviços de saúde e a sua utilização pelo usuário;
- g) Prestação dos serviços com qualidade e eficiência, utilizando-se dos equipamentos de modo adequado e eficaz;
- h) Como instrumento integrado à rede própria municipal, participando de planos de contingência para enfrentamento de epidemias e calamidades públicas declaradas.

ESTRUTURA	
ATIVIDADE	QUANTIDADES / DESCRIÇÃO
RECEPÇÃO	
Recepção	01 sala com 01 guichê
Sala de Espera	01 sala
Banheiro Usuários	02 separados por sexo
PRONTO ATENDIMENTO	
Acolhimento com classificação Risco	01 sala
Consultório Médico – plantonista	01 sala
Consultório Médico – plntonista	01 sala
Sala de emergência 01 “sala vermelha”	01 sala com 02 leitos
Sala de Emergência 02 “sala Vervelha”	01 sala com 02 leitos
Sala de reidratação venosa adulto	01 sala com 07 cadeiras de hidratação e 01 banheiro privativo
Sala de Sutura e Pequenas Cirurgias	01 sala
Sala de Curativo	01 sala
Sala de Observação Feminina	01 sala com 2 leitos
Sala de Observação Masculina	01 sala com 2 leitos
Sala de Observação Pediátrica	01 sala com 2 leitos
Posto de Enfermagem	01 sala
Sala do Enfermeiro	01 sala
DML – departamento de material de limpeza	01 sala

Almoxarifado de material diversos	01 sala
Capela	01 sala
FUNCIONÁRIOS	
Vestiários para funcionários com Banheiro anexo	01 ambiente
Sala de Repouso da Equipe	01 sala
Repouso de motoristas com banheiro privativo	01 quarto
Repouso médico com banheiro privativo	01 quarto
SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	
Cozinha	01 ambiente
Copa	01 sala
Refeitório	01 ambiente
Guarda de Alimentos - dispensa	01 sala
LAVANDERIA	
Área de recepção de roupa suja	01 ambiente
Área de preparo de roupa limpa	01 ambiente
Rouparia	01 ambiente
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS	
Abrigo externo de resíduos comum	01 ambiente
Abrigo externo de resíduos infectantes	01 ambiente
GASES MEDICINAIS	
Área da Central de Gases Medicinais	01 ambiente
CENTRAL DE MATERIAL ESTERILIZADO	
Área Suja (expurgo)	01 ambiente
Área Limpa	01 ambiente
Área de desinfecção	01 ambiente
Arsenal de Material esterilizado	01 ambiente
Banheiro/ Vestiário	01 ambiente
CLÍNICA MÉDICA	
Posto de Enfermagem	01 ambiente
Enfermaria Adulto 01 (masculina)	01 com 04 leitos

EnfermariaAdulto 02 (feminina)	01 com 05 leitos
EnfermariaAdulto 03	01 com 03 leitos
Isolamento	01 com 02 leitos
FARMÁCIA HOSPITALAR	
Farmácia	01 ambiente
Sala de guarda de materiais hospitalares	01 ambiente
ESTRUTURA EXTERNA	
Garagem para 03 ambulâncias	01 ambiente
Estacionamento de veículos para funcionários	01 capacidade 06 veículos
MATERNIDADE (ATUALMENTE DESATIVADA)	
Maternidade (sala de parto, berçário, pré-parto e leitos)	Desativada
Berçário	01
Sala de parto	01
Posto de Enfermagem	01
ConsultórioMédico	01
Apartamentos	04 com 02 leitoscada
ÁREAS ADMINISTRATIVAS	
GerênciaAdministrativa	01 sala
AssessoriaTécnica	01 sala
Coordenação de Enfermagem	01 sala
Sala administrativa compartilhada (Faturamento, SND, SAME)	01 sala
Arquivo de Prontuários	01 sala
Depósito para materiais e equipamentos inutilizados	02 ambientes

6.1. Sobre Bens Patrimoniais

Os bens patrimoniais disponíveis no Hospital Dr. Aluísio Filgueiras, estão descritos em tabela de bens patrimoniais detalhadas no ANEXO 1-B.

6.2. Equipe Mínima Necessária

O Hospital Dr. Aluísio Filgueiras, objeto deste Termo de Referência, deve contar mínima e obrigatoriamente, com os seguintes profissionais:

RECURSOS HUMANOS MÍNIMOS NECESSÁRIOS PARA OPERACIONALIZAÇÃO DO HOSPITAL MATERNIDADE DR. ALUISIO FILGUEIRAS	
Profissionais/Cargo	Número de Profissionais
AUXILIAR ADMINISTRATIVO 40 HS	02
AUXILIAR DE FARMÁCIA 40 HS	01
AUXILIAR DE FATURAMENTO	01
AUXILIAR SERVIÇOS DE LIMPEZA NOTURNO ESCALA 12/36	02
AUXILIAR SERVIÇOS DE LIMPEZA DIURNO ESCALA 12/36	04
AUXILIAR SERVIÇOS DE LIMPEZA DIARISTA 40 HS - SETOR LAVANDERIA	01
COPEIRA ESCALA 12 X 36	02
COZINHEIRA ESCALA 12 X 36	02
ENFERMEIRO PLANTONISTA DIURNO 30 HS - ESCALA 12/60	03
ENFERMEIRO PLANTONISTA NOTURNO 30 HS - ESCALA 12/60	03
ENFERMEIRO DIARISTA – 40 HS – CLASSIFICAÇÃO RISCO	01
ENFERMEIRO RESPONSÁVEL TÉCNICO – 30 HS	01
FARMACÊUTICO 20 HS	02
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTÃO DIURNO ESCALA 12/36	08
TÉCNICO DE ENFERMAGEM PLANTÃO NOTURNO ESCALA 12/36	08
MOTORISTAS ESCALA 12 X 36	06
NUTRICIONISTA	01
RECEPCIONISTA DIURNO ESCALA 12 X 36	02
RECEPCIONISTA NOTURNO ESCALA 12 X 36	02
VIGIA NOTURNO – ESCALA 12 X 36	02
ASSESSORIA TÉCNICA EM NORMAS DE SERVIÇOS DE ESTERILIZAÇÃO E ROTINAS DE DESINFECÇÃO HOSPITALAR	01
PCD	01
MEDICO PLANTONISTA – PLANTÃO 24 HS	07
MÉDICO PLANTONISTA 2º PLANTONISTA DIURNO SEGUNDA A SEXTA	05
MÉDICO CIRURGIÃO AMBULATORIAL	01

DIRETOR CLINICO	01
DIRETOR ADMINISTRATIVO	01
PEDIATRA SOBREAVISO	01
TOTAL GERAL	72

6.2.1. A Secretaria Municipal de Saúde fará uma avaliação do quadro existente de recursos humanos, a fim de proceder com a cessão de servidores, sendo que os vencimentos destes serão deduzidos do valor da parcela mensal;

6.2.2. Os vencimentos dos servidores contratados (CLT) deverão seguir minimamente a base salarial das categorias de acordo com as convenções coletivas das categorias profissionais da região.

6.2.3 – Caso ocorrer funcionamento das atividades do centro Cirúrgico no decorrer do contrato, será realizado aditivo de valor pela CONTRATANTE, visando contratação dos médicos: 01 anestesista e 01 cirurgião auxiliar para as atividades de cirurgia eletiva.

7. CARACTERÍSTICAS RESUMIDAS DOS SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS:

- a) A CONTRATADA atenderá com recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem na modalidade abaixo descritas:
- b) O Serviço de Admissão da CONTRATADA solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.
- c) No caso dos atendimentos hospitalares por urgência, sem que tenha ocorrido apresentação da documentação necessária, a mesma deverá ser entregue pelos familiares e/ou responsáveis pelo paciente, num prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- d) Prover o serviço de acolhimento, com classificação de risco, conforme preconizado pela Política Nacional de Humanização (PNH) nos horários definidos no termo referência;
- e) Estruturar e modernizar o processo de trabalho da assistência e de gerência, de acordo com as diretrizes e dispositivos da Política Nacional de Humanização (PNH),
- f) Realizar atividades de Educação Permanente, objetivando a transformação e a qualificação da assistência;
- g) Atendimento de Urgência e Emergência de forma ampliada e qualificada, com acesso humanizado e integral em consonância com o Plano da Rede de Atenção à Urgência e Emergência (RUE);
- h) Garantir o funcionamento ininterrupto da Unidade 24 horas por dia;

- i) Manter em perfeito estado os equipamentos e instrumentais cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de acordo com o Termo de Referência e constantes no Anexo 1B deste Termo de referência.
- j) Dar conhecimento imediato à Secretaria Municipal de Saúde, problemas nas estruturas ou funcionamento dos bens móveis e imóveis;
- k) Em caso de hospitalização, a CONTRATADA fica obrigada a internar o paciente, no limite dos leitos contratados, obrigando-se, na hipótese de não haver recursos necessários de acordo com a complexidade do caso, a encaminhar os pacientes aos serviços de saúde do SUS instalados na região, através da Central de Regulação de Vagas conforme fluxo estabelecido pela Secretaria de Estado da Saúde - ES (SESA), na qual a CONTRATADA, em decorrência da assinatura deste contrato de gestão, presta serviços de assistência à saúde;
- l) O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela CONTRATADA serão efetuados através dos dados registrados no SIH - Sistema de Informações Hospitalares, no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, Sistemas Municipais de controle avaliação, se existirem, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela CONTRATANTE. A Contratada deverá enviar para o setor de faturamento da Secretaria Municipal de Saúde nas datas determinadas toda a produção mensal: enviar as AIHS devidamente preenchidas e assinadas para serem geradas e autorizadas, bem como relatório informatizado com os devidos códigos SUS para lançamento no SIA/SIH.

Nota: das AIH faturadas, os recursos ficarão para o Município.

7.1. Assistência Hospitalar

- a) A assistência à saúde prestada em regime de hospitalização compreenderá o conjunto de atendimentos oferecidos ao paciente desde sua admissão no hospital até sua alta hospitalar pela patologia atendida, incluindo-se os atendimentos e procedimentos necessários para obter ou completar o diagnóstico e as terapêuticas necessárias para o tratamento no âmbito hospitalar, de acordo com a complexidade de um hospital de pequeno porte.
 - Os pacientes internos deverão ser acompanhados e prescritos diariamente até sua alta por profissional médico responsável pela rotina de internação, ou pelo plantonista (desde que haja definição de responsabilidades estabelecidos em comum acordo com a direção clínica, mas que não desobriga o acompanhamento conjunto pela direção clínica). As prescrições dos pacientes de clínica pediátrica serão de responsabilidades do pediatra sobreaviso;
 - As internações serão em Clínica Médica Adulto e clínica pediátrica em leitos SUS, numa média mensal de 20 até 50 internações/mês, sendo variável de acordo com a demanda. As internações ocorrerão para casos cujos diagnósticos possam ser tratados em um hospital de



pequeno porte; casos de maiores complexidades deverão ser referenciados seguindo grade de referência da SESA-ES;

b) No processo de hospitalização, estão incluídos:

- Tratamento das possíveis complicações que possam ocorrer ao longo do processo assistencial, durante a permanência do paciente na instituição hospitalar;
- Tratamentos concomitantes diferentes daquele classificado como principal que motivou a internação do paciente e que podem ser necessários adicionalmente devido às condições especiais do paciente e/ou outras causas;
- Tratamento medicamentoso que seja requerido durante o processo de internação, de acordo com listagem do SUS - Sistema Único de Saúde;
- Procedimentos e cuidados de enfermagem necessários durante o processo de internação;
- Alimentação, incluída nutrição enteral quando necessária, de acordo com a patologia do paciente;
- Alimentação dos acompanhantes nos casos previstos em lei;
- Assistência médica, de enfermagem, e de pessoal auxiliar;
- O material descartável necessário para os cuidados de enfermagem e tratamentos;
- Hospitalização em quarto compartilhado ou individual, quando necessário devido às condições especiais do paciente (as normas que dão direito à presença de acompanhante estão previstas na legislação que regulamenta o SUS - Sistema Único de Saúde);
- Sangue e hemoderivados; quando estiver dentro das possibilidades dos recursos disponíveis para a complexidade do caso.
- Fornecimento de roupas de cama hospitalares para o paciente;
- Procedimentos que se fizerem necessários ao adequado atendimento e tratamento do paciente, de acordo com a capacidade instalada, respeitando a complexidade do caso.
- Exames Laboratoriais e de imagem necessários ao diagnóstico de acordo com a avaliação da direção clínica.

7.2 Hospital Dia.

A assistência hospitalar em regime de hospital-dia ocorrerá conforme definição do manual do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) de 2004 e a Portaria nº. 44/GM em 10 de janeiro de 2001, os quais definem como regime de Hospital Dia a assistência intermediária entre a internação e o atendimento ambulatorial, para a realização de procedimentos e clínicos que requeiram permanência hospitalar máxima de 12 (doze) horas.

7.3 Atendimento a Urgências Hospitalares.

- a. Serão considerados atendimentos de urgência aqueles não programados que sejam dispensados pelo Serviço de Urgência do hospital a pessoas que procurem tal atendimento, sejam de forma espontânea ou encaminhada de forma referenciada pela Estratégia de Saúde da Família.
- b. Sendo o hospital do tipo "portas abertas", o mesmo deverá dispor de atendimento a urgências e emergências, atendendo à demanda da população, durante as 24 horas do dia, todos os dias do ano.
- c. Para efeito de produção contratada / realizada deverão ser informados todos os atendimentos realizados no setor de urgência independente de gerar ou não uma hospitalização, sendo a meta de acordo com a demanda espontânea diária incluindo atendimentos médicos e de enfermagem. Sendo o número atendimentos contratualizado o descrito no quadro de metas anexo -1A
- d. Se, em consequência do atendimento por urgência o paciente é colocado em regime de "observação" (leitos de observação), por um período menor que 24 horas e não ocorre à internação ao final deste período, somente será registrado o atendimento da urgência propriamente dita, não gerando nenhum registro de hospitalização.

7.4. Programas Especiais e Novas Especialidades de Atendimento

Se, ao longo da vigência deste contrato, de comum acordo entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA se propuser a realizar outros tipos de atividades diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas especialidades médicas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia ou pela introdução de novas categorias assistenciais, estas atividades poderão ser previamente autorizadas pela CONTRATANTE após análise técnica, sendo quantificadas separadamente do atendimento rotineiro da unidade e sua orçamentação econômico-financeira será discriminada e homologada através de Termo Aditivo ao presente contrato.

7.5. Estrutura e Volume de Atividades Contratadas

- a) Quanto à internação, o hospital deverá realizar numa média mensal de até 50 internações/mês, sendo variável de acordo com a demanda, e de acordo com o número de leitos operacionais cadastrados pelo SUS- Sistema Único de Saúde.
- b) Quanto ao atendimento em urgência e emergência (âmbito hospitalar), a CONTRATADA deve prestar Atendimento de urgência e emergência não referenciado "PORTA ABERTA" 24 horas (atender demanda espontânea da população) e referenciada pela ESF.
- c) Garantir manutenção e execução do Sistema de Regulação de Leitos da Secretaria de Estado da Saúde – SESA (CENTRAL DE VAGAS) informatizado;
- d) **SOBRE O SETOR DE RADIOLOGIA** - A Administração Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde será responsável pela Gestão do Serviço de Radiologia, que funciona nas dependências do Hospital Municipal, com objetivo de atender as demandas eletivas oriundas das Unidades Básicas de Saúde e Ambulatório de segunda a sexta-feira de 07 às 19 horas, e também as demandas de urgência do Hospital neste horário (no horário de 07:00h as 19:00h). Sendo de responsabilidade da Gestão Municipal as despesas do setor incluindo os vencimentos dos funcionários de segunda a sexta feira diurno e as despesas necessárias para a operacionalização do serviço de acordo com exigências da VISA. A CONTRATADA será responsável pelo serviço de Sobreaviso de Radiologia à noite 19 as 07 hs e finais de semana).

OBS: A CONTRATADA também será responsável pela manutenção dos equipamentos do setor de radiologia em caráter preventivo e corretivo, desde que o limite não ultrapasse o valor mensal da rubrica do planilha de custos. Manutenções corretivas de valores superiores a rubrica e substituições de equipamentos serão de responsabilidades da CONTRATANTE.

OBS: Em casos de defeito no equipamento de RX a CONTRATADA deverá se responsabilizar pela realização dos exames de RX provenientes dos pacientes em observação e internados.

e) A CONTRATADA deverá realizar a prestação de serviços de análises clínicas, disponibilizando pelo período de 24 horas, 7 dias da semana por 365 dias ano a oferta a quaisquer pacientes internos e em observação e/ou casos de urgência e emergência, atendendo a tabela mínima de exames abaixo detalhada:

Item	Discriminação	Observações
1	VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTAÇÃO - VHS	
2	ALBUMINA	
3	AMILASE	
4	ANTIBIOGRAMA	
5	BETA HCG	Urgências Obstétricas e pacientes internados
6	BILIRRUBINAS TOTAIS E FRAÇÕES	
7	CALCIO	
8	CK-MB	
9	CK TOTAL	
10	BAAR, Pesquisa (valor por amostra)	Somente para pacientes internados
11	CREATININA	
12	CULTURA DE URINA	Somente para pacientes internados
13	EAS URINA	
14	FOSFATASE ALCALINA	
15	GAMA GT	
16	GLICOSE	
17	HEMOCULTURA	Somente para pacientes internados / sala vermelha
18	HEMOGRAMA COMPLETO	
19	LIPASE	
20	PCR - PROTEINA C REATIVA	
21	PLAQUETAS	
22	POTÁSSIO	
23	PROTEÍNAS TOTAIS	
24	TTP - TEMPO TOTAL PROTROMBINA	
25	SÓDIO	
26	TAP - TEMPO E ATIV. DE PROTROMBINA	
27	TGO	
28	TGP	
29	TROPONINA	
30	UREIA	

f) Oferecer exames de ECG e telemedicina 24 h para atendimento de pacientes internos, pacientes em observação, e /ou casos de urgência/emergência;

g) Oferecer Procedimentos tais como:

- Suturas;
- Curativos pacientes internos;
- Curativos crônicos e demanda externa nos finais de semana e feriados (referenciados pela Estratégia de Saúde da Família no horário de 08 às 16 horas);
- Administração de medicamentos provenientes dos atendimentos dos plantonistas e setor de internação;
- Administração de medicamentos injetáveis eletivos (benzilpenicilinabenzatina) de receitas externas (advindas da Estratégia Saúde da Família do Município de Muqui) para tratamento de sífilis, anemia falciforme, dentre outros;
- Estabilização de pacientes em sala de emergência até a devida remoção de acordo com a grade de referências do Estado do ES;
- Realizar transporte inter-hospitalar de pacientes que não necessitam de suporte avançado para Hospitais de referência realizados por equipe adequada.
- Administração de hemoderivados quando necessário;
- Administração de alimentação enteral para internos quanto necessário;
- h) Manter Serviço de Lavanderia dentro da Estrutura Hospitalar que atenda normas sanitárias .
- i) Oferecer a manutenção de Serviço de Esterilização de Materiais, com realização dos testes químicos e biológicos preconizados pela VISA.
- j) Oferecer a manutenção da rede de gases oxigênio e ar comprimido canalizada;
- l) Fornecer alimentação para funcionários, pacientes internados e acompanhantes de pacientes internados menores e idosos;
- m) Realizar a manutenção de serviços de limpeza em geral e higienização adequada de todo ambiente, com possibilidade de ou contratualização externa dentro das normas sanitárias vigentes;
- n) Limpeza caixas d'água e dedetização do ambiente Hospitalar de acordo com as normas sanitárias vigentes.
- o) Realizar a manutenção dos serviços de água, energia elétrica, telefone e internet, dentre outros necessários para manutenção do prédio, como: troca de lâmpadas, fechaduras, torneiras, descargas e outros.
- p) Implantar Plano de Controle de vetores;
- q) Garantir o Controle de Qualidade da água de acordo com legislação Vigente;
- r) Realizar o Plano de gerenciamento de resíduos de Serviço de Saúde (PGRSS), sendo de responsabilidade da Contratada o gerenciamento da coleta e destinação final dos resíduos gerados;
- s) Garantir o funcionamento das Comissões de: Controle de Infecção Hospitalar; Revisão de prontuários e Óbitos; Farmácia e Terapêutica; Núcleo de Segurança do Paciente e outras que se fizerem necessárias.
- t) Realizar a manutenção dos equipamentos em cessão de uso a CONTRATADA dentro dos limites estabelecidos em contrato.



- u) Comunicar previamente a Secretaria Municipal de Saúde sobre a necessidade de aquisição de novos equipamentos e/ou substituição de equipamentos existentes que, comprovadamente não tenham condição de uso (inservíveis);
- v) O recurso da Parcela mensal refere-se ao custeio para manutenção dos serviços de saúde ofertados conforme descritivo neste anexo, não havendo previsão de custo para a aquisição de bens permanente (investimento), porém, caso haja acordo entre as partes para aquisição dos mesmos por parte da Contratada com recursos oriundos da Parcela mensal, fica a contratada obrigada a comunicar dentro de 30 dias a Secretaria Municipal de Saúde a referida aquisição especificando qual equipamento e o valor destinado, para as devidas providências de inserção dos mesmos no patrimônio do Fundo Municipal de Saúde, devendo encaminhar a Nota Fiscal na prestação de contas;
- x) Oferecer e Manter os funcionários devidamente uniformizados e devidamente identificados por meio de uso de crachás;
- w) Oferecer todos os Equipamentos de proteção Individual preconizados para cada categoria profissional de acordo com legislação vigente.
- y) Implantar o serviço de classificação de risco por profissional enfermeiro diarista exclusivo para o setor de classificação, e qualificado para tal, pelo menos nos horários 07:00h as 17:00h, de segunda à sexta feira.
- z) Ficará sob responsabilidade da CONTRATADA o pagamento de possíveis multas que possam ocorrer por parte dos conselhos de Medicina, Enfermagem e Conselho de Farmácia.
- aa) Ficará sob responsabilidade do CONTRATANTE serviço de Remoção em ambulâncias dessa forma a contratante ficará responsável pela manutenção das ambulâncias que serão disponibilizadas para o Hospital Municipal, incluindo gastos com consertos, emplacamento, seguro e combustível . A contratante ficará responsável pelo fornecimento e pela substituição dos veículos, quando necessário. A CONTRATANTE ficará responsável pelo transporte sanitário de pacientes de caráter eletivo que necessitam de remoção em decúbito dorsal, tais como altas hospitalares intermunicipais, transporte de pacientes para fins diversos tais como: exames e procedimentos diversos de pacientes agendados pelo município, transporte para fisioterapia e demais casos eletivos. A CONTRATADA será responsável pelo gerenciamento do Serviço de remoção hospitalar e pelas remoções inter-hospitalares devendo comunicar a CONTRATANTE as intercorrências e defeitos dos veículos;

8. ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO

8.1. Critérios Gerais para o Acompanhamento do Contrato.

O presente contrato de gestão tem como principal objetivo induzir a melhora do desempenho da unidade assistencial através da criação de instrumentos de monitorização que permitirão uma gestão rigorosa e ao mesmo tempo equilibrada financeiramente, consciente das necessidades da população.



Sempre que necessário, outros técnicos poderão ser convidados a participarem de reuniões de acompanhamento, bem como poderão ser chamados a emitir pareceres técnicos complementares e coadjuvantes às ações de avaliação, como a Procuradoria Geral do Município, Auditoria e Controle Interno, Secretaria Municipal de Fazenda e Secretaria Municipal de Saúde.

Como acompanhamento do contrato, pode-se considerar parte do processo de direção deste, a identificação e a avaliação de problemas, discussão e negociação com a Organização Social e a tomada de implantadas.

A Comissão de Avaliação, com o auxílio da Secretaria Municipal de Saúde, elaborará os instrumentos para o monitoramento e avaliação e realizará o acompanhamento do contrato conforme Anexo 1-A – Metas e Indicadores de avaliação com parâmetros para pagamento e avaliação de desempenho por linha de serviço, bem como obedecer/ou implementar os seguintes aspectos:

- a) Mecanismos de informação e comunicação à população sobre os serviços que são ofertados;
- b) Indicadores de avaliação de desempenho destes serviços;
- c) Registros a serem utilizados na atividade assistencial;
- d) Recepção e encaminhamento dos usuários aos serviços;
- e) Referência dos usuários a outros serviços ou outros níveis assistenciais, assim como os registros que se utilizarão.
- f) Qualidade dos serviços prestados e cumprimentos das metas constantes deste Termo de Referência.

A Comissão de Avaliação da Execução do Contrato de Gestão, será constituída em conformidade com a Legislação Vigente, nomeada através Portaria, e procederá à verificação MENSAL do desenvolvimento das atividades e retorno obtido pela Organização Social de Saúde com a aplicação dos recursos sob sua gestão, elaborando relatório circunstanciado da documentação apresentada nas prestações de contas, encaminhando cópia ao Chefe do Executivo Municipal e ao Conselho Municipal de Saúde. Devendo a CONTRATADA elaborar e entregar os documentos pertinentes das prestações de contas MENSAIS, sendo estes protocoladas na Prefeitura Municipal de Muqui-ES

A verificação de que relativa ao cumprimento das diretrizes e metas definidas para a CONTRATADA conforme Anexo 1-A – Metas e Indicadores de avaliação com parâmetros para pagamento e avaliação de desempenho por linha de serviço, aos resultados obtidos em sua execução, através dos indicadores de desempenho estabelecidos em confronto com as metas pactuadas e com a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades, os quais serão consolidados e apresentados a instância responsável da CONTRATANTE e encaminhados aos membros da Comissão de Avaliação da Execução do Contrato de Gestão em tempo hábil para a realização da avaliação MENSAL.

A Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão referida nesta cláusula deverá elaborar relatório MENSAL e ao final do referido contrato relatório conclusivo, sobre a avaliação da prestação de contas, incluindo a verificação do cumprimento das diretrizes e metas definidas para a CONTRATADA;

Os relatórios mencionados neste deverão ser encaminhados ao Secretário Municipal da Saúde para subsidiar a decisão do Prefeito Municipal acerca da manutenção da qualificação da entidade como Organização Social de Saúde.

9. ESTIMATIVA DE PRODUÇÃO, CUSTOS E SISTEMA DE PAGAMENTO.

O custo estimado refere-se a todas as despesas necessárias ao funcionamento do Hospital Dr. Aluísio Filgueiras, relacionadas às atividades administrativas, pessoal, medicamento/material de consumo, insumos, serviços de concessionárias, além dos contratos de locação diversos, prestadores de serviços terceirizados e todos os encargos trabalhistas e previdenciários, incluindo rescisões contratuais dos servidores contratados. Conforme descrição e valores contidos na PLANILHA DE DESPESAS DE CUSTEIO descritas no Anexo 01-C a serem seguidas pela CONTRATADA.

9.1. Subdivisões da área Assistencial

A atividade assistencial da CONTRATADA subdivide-se conforme especificação relacionadas abaixo assinaladas:

- (X) Internação em Clínica Médica e Pediátrica de acordo com o porte de serviços do Hospital;
- (X) Hospital Dia/Observação até 24 h;
- (X) Atendimento Ambulatorial em Pequenas Cirurgias;
- (X) Atendimento a Urgências e Emergências;
- (X) Serviços de Apoio Diagnóstico a pacientes;
- (X) Procedimentos Médicos e de Enfermagem (administração de medicamentos, curativos, suturas, dentre outros);
- (X) outros procedimentos.

As modalidades de atividade assistenciais acima assinaladas referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários da unidade sob gestão da CONTRATADA.

Além das atividades de rotina, a unidade poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização da CONTRATANTE, conforme especificado no Capítulo 7 – Características resumidas dos serviços a serem contratados.

9.2. Do montante de pagamento

O montante do orçamento econômico-financeiro para o Contrato de Gestão para o período de 12 meses, fica estimado em R\$ 499.250,00(Quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 5.991.000,00; (Cinco milhões novecentos e noventa e um mil reais) compõe-se da seguinte forma:

Despesas com Pessoal (vencimentos e encargos, e verbas rescisórias) dos profissionais contratados em regime de CLT) e/ou vencimentos dos profissionais cedidos pela Administração.

Despesa com prestadores de serviços
Despesas Administrativas
Custo e Despesas Operacionais
Custo de Despesa Indireta

9.3. Dos critérios de pagamento.

Os pagamentos à CONTRATADA dar-se-ão na seguinte conformidade:

- a) 100 % (cem por cento) do valor anual mencionado no item 03 (três) serão repassados em 12 (doze) parcelas mensais fixas, no valor de R\$ 499.250,00(Quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 5.991.000,00 (Cinco milhões novecentos e noventa e um mil reais) anuais; devendo deste valor mensal ser abatido o valor correspondente aos vencimentos dos servidores municipais devidamente cedidos para prestação de serviços a CONTRATADA; serão feitas as devidas deduções do 2º plantonista na planilha dos servidores cedidos por integrante da comissão de monitoramento e direção do Hospital;
- b) Os pagamentos das parcelas fixas mensais subsequentes poderão ser retidos parcialmente até 10% do (valor mensal) vinculado à avaliação dos indicadores de qualidade e conforme sua valoração, de acordo com o estabelecido no ANEXO 1-A, parte integrante deste Contrato de Gestão;
- c) Poderão ser retidos os valores apresentados em inconformidades na prestação de contas, desde que as inconformidades constatadas pela Comissão de Avaliação e órgãos de controle da Administração na apresentação das prestações de contas MENSAIS não sejam sanadas em tempo hábil estabelecido pela CONTRATANTE;
- d) A avaliação da parte variável será realizada na prestação de contas (mensal) do serviço prestado, podendo gerar um ajuste financeiro a menor nos meses subsequentes, dependendo do percentual de alcance dos indicadores, pela CONTRATADA;
- e) Visando o acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão e o cumprimento das atividades estabelecidas para a CONTRATADA no ANEXO 1-A, a mesma deverá encaminhar mensalmente, a documentação informativa das atividades assistenciais para os devidos registros das AIH's - Autorização de Internação Hospitalar e para os registros no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, de acordo com normas e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATANTE encaminhar o banco de dados ao Ministério da Saúde;
- f) A CONTRATANTE estabelecerá modelos de relatórios e planilhas necessárias à prestação de contas e avaliação mensal das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, definidos de acordo com a legislação vigente;

- g) A CONTRATANTE procederá à análise dos dados enviados pela CONTRATADA para que sejam efetuados os devidos pagamentos de recursos:
- As parcelas mensais serão pagas até o dia 10 de cada mês;
 - A primeira parcela será paga no valor integral de de R\$ 494.250,00(Quatrocentos e noventa e quatro mil e duzentos e cinquenta reais) para implantação dos serviços, sem a dedução da parte variável;
- h) A partir da segunda parcela será descontado mensalmente o valor correspondente aos vencimentos dos servidores municipais devidamente cedidos, sendo os valores devidamente apurados pela Administração juntamente ao setor de RH da Prefeitura Municipal, através da ficha financeira dos servidores, que será encaminhada a CONTRATADA e anexadas as prestações de contas. E ainda serão feitas as devidas deduções do 2º plantonista na planilha dos servidores cedidos por integrante da comissão de monitoramento e direção do Hospital;
- i) Os ajustes financeiros decorrentes da avaliação do alcance das metas da parte variável serão realizados nos meses subsequentes a partir da avaliação da primeira prestação de contas, após análise dos indicadores estabelecidos no ANEXO 1-A;
- j) Mensalmente, a CONTRATANTE procederá à consolidação e análise conclusiva dos dados do mês, para avaliação e pontuação dos indicadores conforme ANEXO 1-A, que condicionam o valor do pagamento de valor variável citado no capítulo 04 – Recursos Orçamentários deste documento;
- k) Da análise referida no item anterior, poderá resultar uma repactuação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, desde que acordada entre as partes para ajuste do Contrato de Gestão, ou se em condições e/ou ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades do hospital, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

9.4. Forma gerais de transferência dos recursos financeiros.

Pela prestação dos serviços objeto deste Contrato de Gestão, especificados no Capítulo 7 – Características resumidas dos serviços a serem contratados, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes neste instrumento, a importância estimada de R\$ 499.250,00(Quatrocentos e noventa e nove mil e duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando R\$ 5.991.000,00; (Cinco milhões novecentos e noventa e um mil reais) /ano.

As parcelas mensais serão pagas até o dia 10 de cada mês e a primeira será efetiva até 05 (cinco) dias úteis posterior a assinatura do presente contrato, que será depositada em conta aberta pela CONTRATADA para esse fim, em Agência Bancária do Município e definida pelo CONTRATANTE.

Os recursos repassados à CONTRATADA serão exclusivamente movimentados a partir de conta específica a ser aberta para o presente contrato; sendo a abertura da conta realizada em banco indicado pelo Município de Muqui-ES. A movimentação da conta bancária será de uso exclusivo para movimentação dos recursos provenientes do presente contrato de gestão.

A movimentação da conta bancária deverá realizar-se, exclusivamente, mediante:

- Ordem bancária com identificação do destinatário; - Transferência eletrônica com identificação do destinatário;

- Toda movimentação de recursos financeiros deverá ser acompanhada da destinação e respectivo beneficiário / credor. Sendo expressamente vedada a utilização de cartões de débito/crédito para movimentação da conta, bem como saques em dinheiro (movimentações em espécie);

A CONTRATADA deverá disponibilizar extratos bancários mensais junto as prestações de contas, e manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas, sendo que as cópias destes também deverão compor as prestações de contas bimestrais.

A movimentação dos recursos serão efetuados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho elaborado de acordo com o Estudo Técnico Preliminar/ Termo de Referência-2026, sendo que os saldos não utilizados serão obrigatoriamente aplicados: A CONTRATADA deverá seguir a planilha de despesas e custeio (ANEXO 1-C do Estudo Técnico Preliminar/Termo de Referência-2026), quanto a geração e valores de despesas financeiras do contrato de gestão.

- a) Em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a 30 (trinta) dias;
- b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos inferiores a 30 (trinta) dias, cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto deste convênio, nos prazos pactuados.
- c) É vedado uso de cartão na modalidade débito pela Empresa contratada e saques em espécie e pagamentos de despesas não constantes na planilha de custos, exceto aquelas que forem devidamente autorizadas pelos responsáveis devidos

Os rendimentos auferidos na forma do parágrafo anterior serão obrigatoriamente computados a crédito do Convênio e utilizados, exclusivamente, na execução do respectivo objeto, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas.

10. DA RESPONSABILIDADE DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL PELOS ATOS DE SEUS EMPREGADOS E DE TERCEIROS POR ELA CONTRATADOS.

- a) A CONTRATADA será responsável pela imperícia, por falhas técnicas, pela falta de rigorosidade financeira e por prejuízos causados pelas empresas e prestadores de serviço terceirizados pela mesma, por seu corpo executivo de diretores, colaboradores e demais a execução do Contrato de Gestão;
- b) Os profissionais admitidos pela CONTRATADA deverão ter comprovada capacidade técnica, com formação adequada ao serviço desempenhado e estar em dia com suas obrigações junto aos Conselhos de classe específicos;
- c) Os profissionais médicos deverão ter formação em curso de medicina, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação, e deverão, ainda, estar registrados no respectivo Conselho profissional e possuir título de especialista para casos específicos;
- d) Os profissionais enfermeiros devem estar devidamente registrados no COREN-ES, e possuir formação em curso de enfermagem, em nível superior, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- e) Os demais profissionais admitidos pela CONTRATADA para atenção à saúde deverão estar registrados nos respectivos conselhos profissionais e atender às normas e requisitos próprios, conforme a regulamentação do Ministério da Saúde;
- f) Os profissionais técnicos e auxiliares de enfermagem devem estar registrados no respectivo conselho profissional e, ainda, possuir formação em curso de técnico de enfermagem, por instituição reconhecida pelo Ministério da Educação;
- g) Os contratos entre a CONTRATADA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não se estabelecendo relação de qualquer natureza entre os terceiros e o Poder Público;
- h) A Secretaria Municipal de Saúde poderá solicitar, a qualquer tempo, informações sobre a contratação de terceiros para a execução dos serviços objeto do Contrato de Gestão, inclusive para fins de comprovação das condições de capacitação técnica e financeira;

- i) O conhecimento da Secretaria Municipal de Saúde acerca de eventuais contratos firmados com terceiros não exime a CONTRATADA do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes do Contrato de Gestão;
- j) A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, não podendo ser imputada qualquer responsabilidade ao CONTRATANTE;
- k) Todos os empregados admitidos diretamente pela CONTRATADA e terceiros com vínculos empregatícios com as empresas terceirizadas deverão portar identificação (crachás) e estar devidamente uniformizados, quando estiverem no exercício de funções;
- l) Os profissionais admitidos pela CONTRATADA nas funções indicadas no presente Termo de Referência deverão estar em quantitativo mínimo exigido pelo Ministério da Saúde e Conselhos de Classe para habilitação, conforme as exigências da legislação vigente, excetuando-se os colaboradores das empresas terceirizadas, se houver;
- m) A CONTRATADA deverá dispor de mecanismos para pronta substituição de seus profissionais em caso de faltas, bem como em relação aos serviços terceirizados de forma a não interromper ou prejudicar os serviços prestados à população;
- n) A CONTRATADA responsabilizar-se-á solidariamente, civil, trabalhista e criminalmente perante os usuários, por eventual indenização de danos materiais e/ou morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais das empresas terceirizadas, no desenvolvimento de suas atividades;

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

Para demonstrar a qualificação técnica operacional em gestão de serviços de saúde, a Organização Social deverá apresentar além das exigências constantes da Lei Municipal n. 740/2018, Decreto Municipal n. 07/2017, os atestados e documentos de qualificação técnica, disponibilizando todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

Comprovação da Entidade de estar constituída há pelo menos 2 (dois) anos, no pleno exercício das atividades para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto da Chamada Pública, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público;

Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica especificadas no contrato social vigente;

A Organização Social disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação de legitimidade dos atestados apresentados, devidamente acompanhado por cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE, relatório do CNES da entidade objeto do atestado listando:

- Dados da unidade e endereço;
- Dados dos serviços prestados;

Para fins de avaliação da compatibilidade mínima, deverá demonstrar através de atestados de capacidade técnica operacional, a atuação em Unidade de Saúde compatível com Hospital Público, este sendo unidade de saúde prestadora de serviços 24 horas por dia, em todos os dias do ano, com obrigação de acolher a todos os usuários que buscarem assistência;

Comprovação da presença em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a GESTÃO HOSPITALAR em atividades a serem desenvolvidas, com comprovada competência e experiência na área de atuação do objeto do presente Chamamento Público.

12. OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATANTE

- a) Garantir os recursos financeiros para a execução do objeto deste Estudo Técnico Preliminar/Termo de Referência a partir da efetiva qualificação como Organização Social;
- b) Programar no orçamento para os exercícios subsequentes a assinatura do contrato de gestão, os recursos necessários, para fins de custeio da execução do objeto deste Termo de Referência;
- c) Permitir o uso dos bens móveis e imóveis, mediante termo de uso circunstanciado conforme Lei Orgânica do Município;
- d) Inventariar, avaliar e identificar previamente os bens para a formalização do Termo de Uso;
- e) Acompanhar a execução do contrato de gestão através do gestor e fiscais, bem como a fiscalização sistemática por meio da Comissão de Avaliação instituída pela Administração Municipal;
- f) Analisar, anualmente, a capacidade e as condições da CONTRATADA para a permanência na condição de qualificada;
- g) Proceder à fiscalização inicial, no momento em que a prestação de serviços se iniciar;
- h) Verificar se o número de empregados ou função coincide com o previsto no contrato de gestão;
- i) Observar que o salário não pode ser inferior ao previsto nas convenções coletivas de trabalho ou ainda, piso regional;

13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

13.1. Gerir os serviços de saúde que estão especificados presente Termo de Referência, de acordo com o estabelecido no CONTRATO DE GESTÃO e nos exatos termos da legislação pertinente ao SUS - Sistema Único de Saúde e ANVISA, especialmente o disposto nas Leis nº. 8080, de 19 de setembro de 1990 e 12.401 de 28/04/11, com observância dos princípios veiculados pela legislação, e em especial:

- a) Universalidade de acesso aos serviços de saúde, atendendo aos usuários do SUS;
- b) Gratuidade de assistência, sendo vedada a cobrança em face de pacientes ou seus representantes, responsabilizando-se a CONTRATADA por cobrança indevida feita por seu empregado ou preposto;
- c) Igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie;
- d) Direito de informação às pessoas assistidas sobre sua saúde;
- e) Garantir a prestação dos serviços de saúde com qualidade e eficiência, se utilizando dos equipamentos de modo adequado e eficaz.

13.2. Na gestão dos serviços de saúde descritos no item anterior, a CONTRATADA deverá observar:

- a) Respeito aos direitos dos pacientes, atendendo-os com dignidade de modo universal e igualitário;
- b) Respeito à decisão do paciente em relação ao consentimento ou recusa na prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- c) Garantia do sigilo dos dados e informações relativas aos pacientes;
- d) Garantia do direito de assistência religiosa e espiritual aos pacientes, por ministro de qualquer culto religioso, desde que não afete a tratamento do paciente e o ambiente sanitário;
- e) Esclarecimento dos direitos aos pacientes, quanto aos serviços de saúde oferecidos;
- f) Inserção obrigatória dos procedimentos autorizados e dos medicamentos dispensados nos protocolos terapêuticos estabelecidos pelas instâncias municipal, federal e estadual;

- g) Apoiar a integração territorial dos equipamentos de saúde de todas as áreas de planejamento, visando à melhoria e maior eficiência na prestação dos serviços de saúde pública;
- h) Prever no processo seletivo simplificado cadastro mínimo de reserva de profissionais;
- i) Contratar serviços de terceiros para atividades acessórias sempre que necessário;
- j) Responsabilizar-se, civil e criminalmente perante os pacientes, por eventual indenização de danos morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais subordinados à CONTRATADA;
- k) Manter controle de riscos das atividades que possam causar danos aos trabalhadores, a terceiros ou a administração pública;
- l) Adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe for permitido e prescrito nas normas vigentes;
- m) Fica vedado ao gestor incluir valores mínimos no cálculo dos encargos sobre a folha de pagamento para custos variáveis decorrentes de eventos futuros e imprevisíveis.

13.3. Administrar os bens móveis e imóveis, cujo uso lhe seja permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos termos de cessão/permissão de uso detalhado no ANEXO 01-D que definirão as responsabilidades da CONTRATADA, até sua restituição ao Poder Público;

- a) A instalação de bens móveis ou imobilizados nos equipamentos objeto da permissão/cessão de uso, assim como as benfeitorias realizadas naqueles já existentes serão incorporados ao patrimônio municipal, sem possibilidade de retenção ou retirada sem prévia autorização do Poder Público.
- b) Os equipamentos e instrumental necessários para a realização dos serviços contratados deverão ser mantidos pela CONTRATADA em perfeitas condições;
- c) Os equipamentos, instrumentos e quaisquer bens permanentes, que porventura venham a ser adquiridos com recursos oriundos do CONTRATO DE GESTÃO, serão automaticamente incorporados ao patrimônio do Município, hipótese em que a CONTRATADA deverá entregar a CONTRATANTE a nota fiscal para fins de incorporação dos referidos bens, ao setor de patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde.

13.4. Restituir ao Poder Público o saldo dos recursos líquidos resultantes dos valores repassados, em caso de desqualificação da Organização Social;

13.5. Disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação para auditoria do Poder Público;

Na contratação de pessoal, a Organização Social deverá:

- a) Responsabilizar-se integralmente pela contratação e pagamento do pessoal necessário à execução dos serviços inerentes às atividades da CONTRATADA, ficando esta como a única responsável pelo pagamento dos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, respondendo integral e exclusivamente, em juízo ou fora dele, isentando a CONTRATANTE de quaisquer obrigações, presentes ou futuras;
- b) Implementar o controle de ponto biométrico a todos os trabalhadores contratados;

13.6. Abrir conta corrente bancária específica e exclusiva no banco indicado pela Secretaria Municipal de Fazenda, para movimentação dos recursos provenientes do presente CONTRATO DE GESTÃO, manter em boa ordem e guarda todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer do CONTRATO DE GESTÃO, e disponibilizar extrato mensalmente junto a prestação de contas à CONTRATANTE.



13.6.1. Disponibilizar a Comissão de Avaliação os extratos da conta corrente da CONTRATADA, sempre que solicitado, e ainda os extratos da conta corrente e das contas aplicação (provisionamento rescisório, e aplicação diária) deverão compor a prestação contas mensal.

13.7. Utilizar sistema informatizado para registro e controle das atividades assistenciais da Unidade, e que faça interface com os bancos de dados da Secretaria Municipal de Muqui;

- a) Responsabilizar-se pela implantação e manutenção de sistemas de transmissão de dados e componentes de informática (computadores, impressoras e demais periféricos), de acordo com a necessidade do sistema informatizado de gestão, adequada para rodar o sistema informatizado.

13.8. Deverá a CONTRATADA cumprir com as obrigações e exigências dos órgãos de fiscalização e controle, tais como, Vigilância e Fiscalização Sanitária, ANVISA, e Conselhos de Classe, cabendo a CONTRATADA a elaboração de planos, protocolos, custeio de adequações que se façam necessárias e a aquisição de quaisquer equipamentos que visem atender as recomendações;

13.9. Buscar, quando necessário, ações sociais e/ou coletivas que colaborem com a CONTRATADA na melhoria da prestação dos serviços na Unidade, evitando que a CONTRATADA disponha apenas de recursos públicos.

14. DAS DIRETRIZES CLÍNICAS, NORMAS, ROTINAS BÁSICAS E PROCEDIMENTOS

14.1. Instituir, no mínimo, as comissões abaixo listadas em até 30 (trinta) dias após o início das atividades e mantê-las conforme legislação e regulamentação vigentes, assim como quaisquer outras que venham a se tornar legalmente obrigatórias ou necessárias:

1. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar - CCIH;
2. Comissão de Análise e Revisão de Prontuários Médicos;
3. Comissão de Verificação de Óbitos;
4. Comissão de Farmácia e Terapêutica;
5. Comissão de Núcleo de Segurança e Paciente - NSP;

14.2. Implantar Diretrizes Clínicas, Normas, Rotinas Básicas e Procedimentos, em até 30 (trinta) dias a contar da assinatura do Contrato, de acordo com os seguintes preceitos:

1. Centrar as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos usuários, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;

2. Implementar ações de cuidado à saúde, baseadas em evidências científicas e nas diretrizes de boas práticas de atenção, segundo os princípios sugeridos pelos Conselhos de Classe pertinentes, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS);
3. Revisar e ajustar, após a implantação, as diretrizes clínicas, normas, rotinas básicas e procedimentos, sempre que houver alterações que envolvam novas tecnologias, incremento ou desativação de serviços ou alterações na estrutura organizacional, devendo ser previamente avaliada pela área técnica da Secretaria Municipal de Saúde;
4. Formalizar quaisquer mudanças nos procedimentos e rotinas de funcionamento da unidade hospitalar em documento firmado por ambas as partes, do qual uma cópia deverá constar obrigatoriamente nos autos do processo administrativo.

15. DO ASPECTO INSTITUCIONAL

- a) Atender com seus recursos humanos e técnicos os usuários do SUS - Sistema Único de Saúde - oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades descritas neste Termo de Referência; sendo vedada a cobrança de qualquer serviço oferecido;
- b) Empregar seus melhores recursos, tanto humanos quanto técnicos, na implantação dos serviços discriminados, devendo para tanto, cumprir as condições aqui estabelecidas.
- c) Observar:
 1. Garantia de informação, às pessoas assistidas, sobre seu estado de saúde, bem como sobre os serviços oferecidos;
 2. Observar, durante toda a vigência da Qualificação, a Política Nacional de Humanização do Ministério da Saúde (PNH/MS), visando ao cumprimento do modelo de atendimento humanizado;
 3. Responsabilizar-se pela prestação de serviços de assistência em casos de calamidades, surtos, epidemias e catástrofes.

16. DO ASPECTO OPERACIONAL

- a) Garantir que o Hospital esteja devidamente cadastrada e atualizada no banco de dados do SCNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, para tal as informações deverão ser encaminhadas para a Secretaria Municipal de Saúde responsável pela alimentação do banco de dados, conforme legislação vigente e instituído pela Portaria MS/ SAS 1.646, de 02 de outubro de 2015.
- b) Fornecimento ao usuário de cópia do Boletim de Atendimento Médico desde que solicitado dentro do prazo e diretrizes legais;
- c) Realizar o monitoramento permanente da prestação dos serviços, especialmente nos itens necessários à apuração do cumprimento de suas obrigações;
- d) Garantir os itens condicionantes para o correto credenciamento e habilitação dos serviços e exames realizados junto ao SCNES, tais como: carga-horária, CBO, equipamentos e demais requisitos necessários, sendo estes devidamente repassados a Secretária Municipal de Saúde para efetiva atualização no sistema;
- e) Arcar com despesas de Concessionárias de água, energia elétrica, telefone, gás e internet, mantendo os pagamentos em dia para evitar interrupção no fornecimento;
- f) Dar conhecimento imediato à Secretaria Municipal de Saúde de todo e qualquer fato que altere de modo relevante o normal desenvolvimento do Contrato, ou que, de algum modo, interrompa a correta prestação do atendimento aos usuários da unidade em até 24h;
- g) Informar a Secretaria Municipal de Saúde de qualquer proposta de alteração no quadro de direção geral e técnica do Hospital;

- h) Requerer autorização prévia ao Poder Executivo se o Hospital se dispuser a prestar serviço originalmente não previsto no contrato de gestão, ou se desejar executar de modo distinto, serviço já previsto, apresentando as razões do seu requerimento, com as demonstrações das vantagens e melhorias para a gestão, para o CONTRATANTE e principalmente para o usuário do SUS.
- i) Somente a Secretaria Municipal de Saúde poderá autorizar estágios de graduação ou pós-graduação no Hospital.

17. DA TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO.

- a) Assegurar à Secretaria Municipal de Saúde o acesso irrestrito e em tempo real aos sistemas de informação utilizados; utilizar sistema assistencial interligado com sistema do Município de forma a manter prontuário unificado;
- b) Fornecer dados pertinentes a faturamentos oriundos da produção assistencial aos responsáveis pela alimentação e atualização dos sistemas de informação disponibilizados pelo Departamento de Informática do SUS (DATASUS) e demais sistemas de informação do SUS (SIA e SIH) e pela Secretaria Municipal de Saúde, com as informações completas acerca dos serviços prestados e procedimentos realizados, de forma a evitar glosas do Sistema Nacional de Auditoria do SUS;
- c) Implantar hardware, ativos e passivos de rede de telecomunicação adequados ao pleno funcionamento do sistema informatizado de gestão, devendo integrar com sistemas e redes utilizados pela Contratante quando houver;
- d) Utilizar os sistemas informatizados de gestão, inclusive de pessoal compatíveis com os adotados pela Secretaria Municipal de Saúde;

18. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

As prestações de contas deverão ser realizadas de acordo com a Legislação vigente em especial INSTRUÇÃO NORMATIVA TC Nº 42, DE 15 DE AGOSTO DE 2017 do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.

A CONTRATADA Ficará obrigada a apresentar a Prestação de Contas MENSAL do total dos recursos recebidos, que será constituída do relatório de cumprimento do objeto e demais exigências contidas na Lei Federal nº. 13.019/2014 e na Lei Federal nº. 13.204/2015.

A prestação de contas final será apresentada em até 60 (sessenta) dias a contar do término da vigência do Contrato.

A COMISSÃO nomeada para Monitoramento do Contrato realizará avaliação das prestações de contas e emitirá relatório que será encaminhado ao Secretário Municipal de Saúde e Chefe do Poder Executivo e ao Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

19. DAS PENALIDADES.

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções previstas no Artigo 156 da Lei federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, combinado com o disposto no § 2º do artigo 7º da Portaria nº 1286/93, do Ministério da Saúde, quais sejam:

- a) Advertência;
- b) Multa, no valor total da proposta financeira entre 0,1 e 1,0% (um décimo e um inteiro por cento), estipulada pelo Município, dependendo da gravidade da infração, a ser cobrada nos termos da Legislação Municipal.
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.
- e) Perda de qualificação como Organização Social no âmbito do Município.

A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a CONTRATADA.

As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”.

Da aplicação das penalidades a CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias para interpor recurso, dirigido ao Secretário Municipal de Saúde.

O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à CONTRATADA e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantindo-lhe pleno direito de defesa.

A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elidirá o direito da CONTRATANTE exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

ANEXO 1-A – METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO COM PARÂMETROS PARA PAGAMENTO E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO POR LINHA DE SERVIÇO

MODALIDADE DE ATENÇÃO E LINHA DE SERVIÇO	DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO CONTRATO			
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E AMBULATORIAL	RECURSOS HUMANOS	Parâmetros de avaliação: equipe mínima estabelecida para manutenção dos serviços estabelecidos no contrato de Gestão.	Cálculo do valor do desconto	Parâmetro de desconto: Desconto do valor de Pessoal e Reflexos correspondente aos Profissionais não contratados, conforme Programa de Trabalho.
URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E AMBULATORIAL	PRODUÇÃO	Parâmetro de avaliação: metas de produção assistencial estabelecidas para cada linha de serviço/unidade Meta atingida acima de 85%	Cálculo do valor do desconto	Parâmetro de desconto: até 10 % sobre a representatividade da linha de serviços correspondente às metas não cumpridas, aplicada sobre 95 % do Valor Global de Custeio da parcela mensal do Contrato de Gestão.

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E AMBULATORIAL	QUALIDADE	Parâmetros de avaliação: Matriz de Indicadores de Qualidade Meta atingida acima de 85%	Cálculo do valor do desconto	Parâmetro de desconto: proporcional à meta não pontuada, incidindo sobre 5 % do Valor Global de Custeio da parcela mensal do Contrato de Gestão.
--------------------------------------	-----------	--	------------------------------	--

MATRIZ DE INDICADORES DE QUALIDADE				
Descrição	Excelente (100%)	Bom (de 85% a 99%)	Regular (de 70 % a 84%)	Ruim (abaixo de 70%)
Pontualidade na entrega dos relatórios bimestrais de prestação de contas financeiras.				
Organização, clareza e objetividade, dos relatórios bimestrais de prestação de contas financeiras apresentados.				
Pontualidade na entrega dos relatórios bimestrais de prestação de contas assistenciais.				
Pontualidade na entrega dos relatórios mensais assistências para setor de faturamento da Secretaria Municipal de Saúde para lançamento das informações no SAI/SUS e AIH				
Preenchimento dos prontuários nos seguintes aspectos: legibilidade, assinaturas, CID, exame físico, dentre outros.				
Execução de plano de educação permanente.				
Serviço de Atendimento ao Usuário em funcionamento com indicadores mensais, e quando houver indicação do usuário entregar também elaboração e entrega de relatório comentado das reclamações recebidas formalmente e das providencias adotadas, bem como das reclamações de profissionais e das medidas adotadas.				
Atendimento Humanizado, em local limpo, organizado, com cadeiras para todos na sala de espera, bebedouro, banheiro, dentre outros aspectos.				
Comissões Hospitalares descritas no termo de referência implantadas e em atividade comprovadas, cumprindo metas propostas nos programas				

QUADROS DE METAS EQUIPE MÍNIMA (Atendimento urgências e emergência, no pronto atendimento, internação e ambulatorial)				
Medico Clínica Médica	Plantonista 24 horas	07 plantonistas ou equivalente	Meta de Atendimento	24 horas
Médico Pediatra	Sobreaviso	01 profissional	Meta de Atendimento	De acordo com demanda
Medico Clínica Médica	Diretor Clínico	01 profissional	Meta de Atendimento	24 horas
Médico Cirurgião	Demanda Agendada	01 profissional	Meta de Atendimento	De acordo com demanda
Médico 2º plantonista	Plantonista 12 horas	05 plantonistas - seg a sexta	Meta de atendimento	12 horas diurno
Enfermeiros Plantonistas	Plantonistas (escala 12/60)	06 profissionais	Meta de Atendimento	24 horas
Enfermeiro diarista	Diarista (08 horas diárias)	01 profissional	Meta de Atendimento	Diarista Diurno
Enfermeiro Coordenador	Diarista (06 horas diárias)	01 profissional	Meta de Atendimento	Diarista diurno
Nutricionista	Diarista (04 horas diárias)	01 profissional	Meta de Atendimento	Diarista diurno
Técnicos de enfermagem	Plantonistas (escala 12/36)	16 profissionais	Meta de Atendimento	24 horas
Cozinheira	Plantonistas (escala 12/36)	02 profissionais	Meta de Atendimento	Escala diurna
Copeira	Plantonistas (escala 12/36)	02 profissionais	Meta de Atendimento	Escala diurna
Serviços Gerais (Limpeza)	Plantonistas (escala 12/36)	06 profissionais	Meta de Atendimento	24 horas
Serviços Gerais (Limpeza/lavanderia)	Diarista – 40 hs	01 profissionais	Meta de Atendimento	24 horas
Farmacêutico	Diarista (04 horas diárias)	02 profissional (02 de 20 h)	Meta de Atendimento	Diarista Diurno
Auxiliar de Farmácia	Diarista	01 profissional (40 h semana)	Meta de Atendimento	Diarista Diurno
Auxiliar Administrativo	Diarista	02 profissional (40 h semana)	Meta de Atendimento	Diarista Diurno
Auxiliar de faturamento	Diarista	01 profissional (40 h semana)	Meta de Atendimento	Diarista Diurno
Recepcionista	Plantonistas (escala 12/36)	04 profissionais	Meta de Atendimento	24 horas
PCD		01 PROFISSIONAL	Meta de Atendimento	De acordo com categoria profissional
Motoristas	Plantonistas (escala 12/36 ou equivalente)	06 profissionais	Meta de Atendimento	24 horas
Assessor técnico para comissões hospitalares, programa educação permanentee assunatos relacionados a VISA		01 profissional	Meta de Atendimento	Frequencia 03 vezes por semana
Diretor Administrativo	Diarista	01 profissional	Meta de Atendimento	De acordo com a demanda

Técnico de RX Sobreaviso	Noturno e finais semana 24 hs	01 profissional	Meta de Atendimento	Regime Sobreaviso de acordo com demanda
-----------------------------	----------------------------------	-----------------	------------------------	--

QUADROS DE METAS DE PRODUÇÃO / ATENDIMENTOS			
Descrição	Indicador	Parâmetro	Meta
Atendimento de demanda Espontânea da população (24 horas) serviço de urgência e emergência	Média (últimos 24 meses) 60 a 100 atendimentos diários	Manter o serviço médico hospitalar porta aberta 24 horas	Atender 100% da população que procurar pelo serviço médico hospitalar
Atendimento em sobreaviso de Pediatria	Oferta Acompanhamento de 100% das crianças internadas Atender o chamado do plantonista para avaliação ou orientação do atendimento de emergência	Manter o acompanhamento de 100% das crianças internadas ; Atender 100% dos chamados	Acompanhamento de 100% das crianças internadas Atender 100% dos chamados
Internação em Clínica Médica	Média (últimos 24 meses) 20 a 50 mensal	Apresentação das AIHs	Atender 100% da demanda de internação em Clínica medica de acordo com o porte do serviço hospitalar disponível.
Observação de até 24 horas	De acordo com demanda	Manter o serviço em funcionamento 24 horas	Atender 100% da demanda
Administração de medicamentos (pacientes internos)	De acordo com demanda	Manter o serviço em funcionamento 24 horas	Atender 100% da demanda de pacientes internos
Administração de medicamentos. (Pacientes externos, residentes no Município e encaminhados pela ESF)	De acordo com demanda encaminhada pela ESF para administração de benzilpenicilinabenzatina, em casos de tratamento de sífilis, anemia falciforme e outros quando necessário.	Atender a demanda referenciada da ESF.	Atender 100% da demanda referenciada da ESF, nos casos relacionados.
Curativos pacientes internos	De acordo com demanda.	Manter o serviço em funcionamento 24 horas	Atender 100% da demanda
Curativos pacientes externos	De acordo com demanda, nos finais de semana, e feriados, quando não há	Manter o serviço disponível nos finais de semana e feriados de 08 às 16 horas	Atender 100% da demanda que procurar pelo atendimento no horário estipulado.

	atendimento no ESF e em casos específicos de curativos referenciados pela ESF e que tenham que ser realizados a nível hospitalar.		
Triagem com classificação de risco	De acordo com a demanda (08 horas diárias) de segunda a sexta-feira)	Manter o serviço em funcionamento, de segunda a sexta-feira (08 horas diárias) com profissional enfermeiro capacitado.	Atender 100% da demanda de segunda a sexta-feira (08 horas diárias)
Exames para apoio diagnóstico para pacientes internos	De acordo com a demanda	Manter o serviço em funcionamento 24 horas	Atender 100% da demanda
Exames laboratoriais Internos e em Observação	De acordo com a demanda	Manter o serviço em funcionamento 24 horas	Atender 100% da demanda
Exames de RX em regime sobreaviso	De acordo com a demanda	Manter o serviço em funcionamento 12 hs noturno e 24 horas finais semana	Atender 100% da demanda

ANEXO 1-B – TABELA DE BENS PATRIMONIAIS.

ESTRUTURA				
ATIVIDADE	QUANTIDADE DESCRIÇÃO	QUANT:	EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS	NÚMERO DE PATRIMÔNIO
Recepção	01 sala com 01 guichê	1	Monitor	
		1	CPU	
		1	Teclado	
		1	Mouse	
		1	Estabilizador	
		1	Impressora (Alugada)	
		2	Mesa	

		1	Cadeira	
		1	Armário	12875
		1	Carrinho para CPU	13104
		1	Ventilador Tufão	
		1	Relógio Ponto (Prefeitura)	
Sala de Espera	01 Sala	1	Bebedouro	
		1	Televisão para chamada de pacientes	
		1	TV canais aberto	
		4	Longarinas com 3 lugares cada	
PRONTO ATENDIMENTO				
Corredor		9	Longarinas com 3 lugares cada	
		1	Maca com colchão	
		2	Poltronas	
		2	Suporte de soro	
		2	Carrinhos de medicação	
		1	Suporte apoio braço para aferir Pressão	
		3	Cadeira de Roda	
		1	Relógio Ponto (INGES)	
Raio- x		1	Aparelho de Raio-x (Buky Mural/Mesa de exame/Estativa/Colimador/transformador comando)	
		1	Mesa auxiliar	
		1	CR (Reveladora Raio- x)	
		1	Pressora OKE (Alugada)	
		2	Monitor	
		2	Teclado	
		2	Mouse	
		2	Nobreak	
		2	CPU	
		1	Mesa de Apoio para PC	
		2	Cadeira com Rodinha	
		1	Cadeira	

		1	Poltrona	
		1	Armário Aço com 04 Gaveta	12948
		1	Ar Condicionado	
		1	Suporte de Soro	
		1	Escada com 02 Degraus	
		1	Banquinho de Madeira	
Acolhimento com classificação Risco	01 sala 01 guichê	1	Teclado	
		1	Mouse	
		1	Estabilizador	
		1	Mesa	12886
		1	Mesa Auxiliar	
		1	CPU	
		1	Monitor Multiparametro	
		1	Aparelho de Ar Condicionado	13528
		1	Balança Infantil	14505
		1	Balança Adulto	
		2	Cadeira	
		2	Carrinhos para CPU	18105
Consultório Médico – atendimento Ambulatorial	1	1	Monitor	
		1	CPU	
		1	Teclado	
		1	Mouse	
		1	Estabilizador	
		1	Impressora (Alugada)	
		1	Mesa	
		2	Cadeira	
		1	Maca com colchão	
		1	Escada 02 Degraus	
		1	Aparelho de Ar Condicionado	
		1	Balança	
		1	carrinho para CPU	13107
		1	Armário 04 cavetas MDF	13190
		1	Negatoscópio	
Consultório Médico – atendimento Ambulatorial	2	1	Mesa auxiliar	
		1	Mesinha apoio impressora	
		2	Cadeira	
		1	Monitor	
		1	CPU	
		1	Mouse	
		1	Teclado	

		1	Impressora (Alugada)	
		1	Maca com colchão	
		1	Aparelho Ar condicionado	
		1	Armário MDF 02 portas	12935
		1	Escada 2 degraus	
Sala de Emergencia- "Sala Vermelha"	01 Sala com 02 Leitos	2	Leito Hospitalar Fowler, com grades	
		2	Colchão para Leito Hospitalar	
		1	Suporte de soro (Parede)	
		2	Suporte de soro	
		1	Suporte para material	
		1	Mesa de Suporte para Computador	
		1	Monitor	
		1	CPU	
		1	Teclado	
		1	Mouse	
		1	Nobreak	
		1	Aparelho de ECG 12 derivações conectado a Internet para Laudo via Telemedicina	
		2	Monitor Multiparamétrico completo com cabo de PA e Braçadeira, Cabo ECG, cabo de oxímetro, cabo de força	
		2	Ventilador Mecânico	
		2	Oxímetro de pulso	
		1	Suporte Perfuro Cortante	
		1	Transporte Fixo	
		1	Bomba de infusão	
		1	Aparelho de Ar Condicionado	
		2	Nichos de Parede com 04 Lugares	
		1	Prateleira para Suporte Monitor	
		1	Carrinho de Emergência	
		1	Desfibrilador	5696
		1	Ventilador Mecânico Pulmonar Portátil	
		1	Ventilador	
		1	Cadeira	
		1	Biombo	
		2	Rede de Gases Canalizado de Ar Comprimido e oxigênio	
Sala de Reidratação Venosa Adulto-Observação 01	1	5	Poltrona	
		8	Suporte de Soro adaptável a Poltrona	
		2	Suporte de soro	
		2	Mesa Cabeceira	
		1	Gabinete Servidor	

		1	Mesa de Bancada pequena	
		1	Bebedouro	
		1	Ventilador (Tufão)	
		1	Aparelho Nebulização	
Sala de Procedimentos/ Sutura/ Pequenas Cirurgias		1	Maca com colchão	
		1	Mesa auxiliar	
		1	Escada 02 Degraus	
		1	Armário de Parede com duas prateleiras	
		1	Bancada de granito com prateleira em Baixo	
		1	Cadeira	
		1	Pia Com Armário	
		1	Aparelho Ar condicionado	
		1	Foco de Teto Duplo	
Sala de Curativo	1	1	Maca	
		1	Colcão de maca	
		1	Escada 02 Degraus	
		1	Armário de Ferro	4991
		1	Aparelho de Ar Condicionado	5295
		1	Mesa Auxiliar	
		1	Suporte descarpac	
		1	Suporte Bisturi	
Sala de Observação 02	01 sala com 2 leitos	2	Cama	
		2	Colchão de Cama	
		1	Escada 02 Degraus	
		2	Mesa de Cabeceira	
		1	Poltrona	
		1	Ventilador	
		2	Suporte de Soro	
Sala de Observação 03	01 sala com 2 leitos	2	Cama	
		2	Colchão de Cama	
		2	Mesa de Cabeceira	
		1	Poltrona	
		1	Escada 02 Degraus	
		1	Ventilador parede	
		1	Suporte Soro Parede	
		1	Biombo	
		1	Suporte Perfuro Cortante	
Sala de Observação 01	01 sala com 2 leitos	2	Cama	
		2	Colchão de Cama	
		1	Suporte de Soro	
		1	Suporte Soro Parede	

		2	Mesa de Cabeceira		
		1	Cadeira		
		1	Ventilador (Tufão)		
		1	Escada 02 Degraus		
Posto de Enfermagem	1	1	Poltrona		
		2	Armário para Medicamentos		
		1	Monitor		
		1	CPU		
		1	Teclado		
		1	Mouse		
		1	Estabilizador		
		1	Suporte de Soro		
		2	Cadeiras		
		1	Rede de Gases Canalizado de Ar Comprimido e oxigênio- 01 ponto cada		
		1	Pia inox com Armário em Baixo		
		1	Mesa de Granito Com Armário em baixo		
		1	Ventilador Coluna (Móvel)		
		1	Suporte Perfuro Cortante		
Banheiros para os usuários	01 (unissex)		Unissex		
DML – departamento de material de limpeza	01 sala	2	Prateleiras em aço pintado com cestos de plástico		
		1	Varal de Parede		
		1	Cadeira		
		1	Escada com 06 degrau (Móvel)		
Capela	1	4	Banco de Madeira		
		2	Mesa de Granito		
		1	Ventilador (Tufão)		
FUNCIONÁRIOS					
Vestiários para funcionários com Banheiro anexo	01 (masculino e feminino)				
			1	Armários com quatro divisórias	13083
			1	Armários com quatro divisórias	13086
			1	Armários com quatro divisórias	13089
			1	Armários com quatro divisórias	13088
			1	Armários com quatro divisórias	13091
			1	Armários com quatro divisórias	13080
		1	Armários com quatro divisórias	13084	

		1	Armários com quatro divisórias	13085
		1	Armários com quatro divisórias	13090
Sala de Repouso da Equipe	01 (masculino e feminino)	5	Armários com quatro divisórias	
		4	Cama	
		2	Cadeira	
		2	Escada 02 Degraus	
		1	Ventilador Teto	
		1	Mesa Cabeceira	
		1	Armário aço duas Portas	
Repouso de motoristas com banheiro privativo	1	1	Poltrona	
		1	Beliche (duplo)	
		2	Colchão	
		1	Amário Ferro 04 portas	13194
		1	Ar Condicionado	
		1	Televisão	
		1	Cadeira	
Repouso médico com banheiro privativo	1	2	Cama Madeira	
		2	Colchão	
		1	Mesa Redonda Inox	
		1	Televisão	
		1	Frigobar	
		1	Ar Condicionado	13301
		3	Cadeiras	
		1	Mesa de Cabeceira	
		1	Mesa auxiliar (apoio TV)	
		1	Armário de Ferro 04 portas	
		1	Suporte de Soro	
SERVIÇO DE NUTRIÇÃO E DIETÉTICA				
Cozinha	1	2	Geladeiras	
		1	Freezer	
		2	Fogão industrial	
		1	Prateleira de aço pintada	
		1	Pia de granito com duas cubas	
		4	Prateleiras em Granito	
		1	Ventilador Coluna (Móvel)	
		1	Cadeira	
		1	Banco de Madeira (pequeno)	
Copa	1	1	Geladeira	
		1	Pia com Bancada em granito	

		1	Prateleiras em granito	
		1	Quadro de Aviso (Nutrição)	
		1	Cadeira	
		1	Banco	
		1	Carrinho de Café	
		1	Armário seis gavetas	
		1	Ventilador Coluna (Móvel)	
Refeitório	1	1	Geladeira	4492
		1	Microondas	
		1	Bebedouro	
		2	Mesa plástico	
		5	Cadeira Plástico	
		1	Pia em inox	
Sala para Guarda de Alimentos - dispensa	1	4	Prateleiras de aço pintado	
		1	Botija de gás de Cosinha comum	
		2	sexta em rodizio para alimento	
LAVANDERIA				
Área de preparo de roupa suja	1	2	Tanque	
		1	Lavadora	
		1	Suporte Perfuro Cortante	
		1	Ventilador (Tufão)	
		1	Estação de diluição de produtos para lavagem de roupa suja	
Área de preparo de roupa limpa		1	Centrífuga	
		1	Secadora	12819
		1	Calandra	12820
		3	Mesa de madeira	
		4	Cadeiras	
		1	Divisório de compensado/vidro	
		1	Ferro de passar roupa	
		1	Carrinho para roupa	
		1	Ventilador (Teto)	
		1	Poltrona	
		1	Ventilador (Tufão)	
Rouparia	1	2	Mesinha	
		5	Prateleiras de aço pintado	
GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS				

Abrigo externo de resíduos comum	1			
Abrigo externo de resíduos infectantes	1	7	Containers para descarte de resíduo infectante 360 l	
		4	Paletes de Plástico	
GASES MEDICINAIS				
Área da Central de Gases Medicinais	1	1	Central de distribuição de oxigênio canalizado	
		1	Central de distribuição de ar comprimido canalizado	
			Cilindros de oxigênio para setores com rede gases não canalizados	
CENTRAL DE MATERIAL ESTERILIZADO				
Área suja (expurgo)	1	1	Pia em aço inox	
		1	Pia tanque fundo água quente	
		1	Suporte Descarpac	
Sala desinfecção Química	1	1	Bancada em inox com pia	
		1	Aparelho de ar condicionado	
		1	Mesa aço	
Área Limpa	1	1	Autoclave	12746
		1	Lupa de aumento com luminosidade	
		2	celadora	
		1	Suporte em inox	
		1	Aparelho de ar condicionado	
		2	Bancada em inox	
		1	Cadeiras	
Arsenal de Material esterilizado	1	2	Bancada vazada em aço inox	
		2	Prateleira vazado em Cestos com rodizio inox	
		2	Cestos vazado com rodizio em Plástico	
		1	Termo-higrômetro	
		1	Aparelho Ar Condicionado	
Sala de Reistro	1	1	Mesa	
		1	Cadeira	
Antessala de Entrada	1	1	Armário em aço	
		1	Mini Armário com gavetario	130061
Banheiro	1			

CLINICA MÉDICA				
Posto de Enfermagem	1	1	Mesa	
		1	Armário tipo gavetário – 01	
		1	Frigobar – 01	
		1	Armário de parede em fórmica com prateleira	
		1	Negatoscópio	
		2	Cadeira	
		1	Mesa auxiliar	
		1	Ventilador Coluna (Móvel)	
		1	Poltrona	
		1	Suporte Descarpac	
		1	Quadro de Aviso (vidro pequeno)	
Sala dos Enfermeiros	1	1	Armário de aço para pertences com 04 divisórias	
		1	Armário inox 2 portas	
		1	Armário MDF 02 portas	
		1	Mesa Auxiliar	
		1	Cadeira	
		1	CPU	
		1	Teclado	
		1	Mouse	
		1	Monitor	
		1	Estabilizador	
		1	Quadro de aviso pequeno	
		1	Ventilador Coluna (Móvel)	
		1	Caixa organizadora para chaves em MDF (fixo parede)	
Repouso Funcionários	1	2	Cama de Madeira	
		2	Colchão	
		1	Mesa auxiliar	
		1	Ventilador Coluna (Móvel)	
Enfermaria Adulto 01 (Masculina)	Contém 04 Leitos	4	Cama fowler	
		4	Colchão	
		3	Poltrona	
		1	Suporte de Soro	
		5	Suporte de Soro (Fixo Parede)	
		1	Escada 2 degraus	
		2	Ventilador Tufão parede	

		1	Armário para guarda de pertences de acompanhante com 04 lugares	13076
		3	Mesa	
		1	Televisão LCD	
Enfermaria Adulto 02 (Feminina)	Contém 04 Leitos	4	Cama fowler	
		4	Colchão	
		3	Poltrona	
		4	Suporte de Soro	
		4	Suporte de Soro (Fixo Parede)	
		1	Escada 2 degraus	
		5	Mesa	
		1	Armário para guarda de pertences de acompanhante com 04 lugares	13182
		1	Televisão LCD	
		Enfermaria Adulto 03	01 com 03 leitos	2
2	Colchão			
1	Poltrona			
1	Suporte de Soro			
2	Mesa			
1	Televisão			
1	Ventilador (tufão)			
FARMÁCIA HOSPITALAR				
Farmácia	1	1	Geladeira	13458
		2	Mesa	13134
		2	Cadeira	
		2	CPU	
		1	Monitor	11774
		1	Monitor	11767
		1	Armário MDF 2 portas grande	13082
		2	Estabilizador	
		1	Impressora (Alugada)	
		1	Aparelho de ar condicionado	
		7	Prateleiras de aço pintado	
		8	Paletes de plástico -	
		1	Câmara Fria (emprestada Sec. Saúde)	15505
		1	Amário MDF duas portas	13094
		1	Gaveteiro (contém 4 Gavetas)	12894
		1	suporte para CPU	13220
		1	suporte para CPU	13221
		2	Mesinha com rodinha	
		1	Escadinha 2 degraus	

		1	Prensa Seladora aquecida	
Estoque de Materiais Hospitalares	1	12	Paletes	
		6	Prateleira de aço pintada	
		1	Armário de aço 04 portas	
		1	Suporte de plástico com 8 cestos	
		1	Armário de vidro com duas portas	
		1	Armário de vidro com 01 portas	
		1	Prateleira de madeira quatro divisória	
		1	Escada de inox com quatro degraus	
ESTRUTURA EXTERNA				
Garagem para 03 ambulâncias	1			
Estacionamento de veículos para funcionários	01 pátio descoberto capacidade 06 veículos			
MATERNIDADE (ATUALMENTE DESATIVADA)				
Maternidade (sala de parto, berçário, pré parto e leitos)	desativada	1	Cadeira	
		1	Mesa de Parto	
		1	Escada 02 Degraus	
		1	Biombo	
		1	Balança Adulta (com defeito)	
Berçário	desativada	1	Incubadora	
		2	Berço	
		1	Balança Infantil	
		1	Pia em inox com armário	
		1	Bancada em mármore com armário	
		1	Equipamento de fototerapia	
		1	Oftalmoscópio	10010
		1	Ar condicionado	
Sala de parto	desativada	1	Mesa de parto normal	12796
		1	Foco de teto	
		1	Suporte de soro	
		1	Aparelho de ar condicionado (split)	
		1	Berço aquecido	

		1	Armário em fórmica com micros e gavetas	
		1	Pia em inox com armários	
		2	Escada 02 degraus	
		1	Carrinho inox	
Posto de Enfermagem	desativada	1	Mesa em fórmica	
		2	Cadeira	
		1	Armário de parede em fórmica	
		1	Pia em inox	
Consultório Médico	desativada	1	Ventilador de teto	
		1	Maca acochoada	
Enfermaria Pré Parto	desativada	2	Cama	
		1	Escada 02 Degraus	
Enfermaria Puerpério 1	desativada	2	Cama	
		1	Colchão	
		1	Mesa de cabeceira	
Enfermaria Puerpério 2	desativada	2	Cama	
		2	Colchão	
		1	Berço com Colchão	
		2	Escada 02 Degraus	
		2	Suporto de Soro	
		1	Mesa Cabeceira	
		1	Cadeira	
		1	Poltrona	
		1	Armário MDF 02 portas correr	
Banheiro/unissex				
Arquivo	1		Sala arquivo utilizada pela Prefeitura – fic trancada	
Sala de Emergência	1	2	Cama	
Sala de Emergência 2 (antigo centro cirurgico)	1	2	Colchão	
		2	Mesa Refeição Cabeceira MDF	
		1	Mesa procedimentos de Ferro	
		3	Mesa auxiliar Cirúrgico	
		1	Foco Cirurgico de teto duplo	
		1	Ar Condicionado (sprit)	
		1	Ar Condicionado (Janela)	
		1	Escada 02 Degraus	
		1	Poltrona	
		1	Aparelho ECG	
		1	Mesa para ECG	
		4	Suporte de Soro	

		4	Bomba de infusão	
		1	Base para Ventilador Mecânico	
		1	Carro de emergência	
		1	Desfibrilador	
		1	Ventilador Mecânico Portátil	
		1	Gerador de foco cirurgico	
		2	Oxímetro de pulso de mesa	
		1	Monitor Multiparametro	
		1	Ventilador mecânico magnamed	
		1	Aspirador Portátil	
		4	Ponto de Ar Comprimido	
		4	Ponto de Oxigênio	
		1	suporte perfuro Cortante	
ÁREAS ADMINISTRATIVAS				
Direção Administrativa	1	1	Armário MDF duas portas	13081
		2	Armários duas portas Ferro	
		1	Mesa Auxiliar	13182
		3	Cadeiras	
		1	Impressora (Alugada)	
		1	Mesinha de ferro pequena	
		1	Aparelho de Ar Condicionado	
		1	Central de Controle de câmeras	
Auxiliar administrativo	sala anexo Gerencia	1	Mesa Auxiliar	
		1	Monitor	
		1	CPU	
		1	Mouse	
		1	Teclado	
		1	Cadeira	
		1	Suporte CPU	13217
		1	Nobreak	
Assessoria Técnica	sala anexo Gerencia	1	Monitor	
		1	CPU	
		1	Teclado	
		1	Mouse	
		1	Cadeira	
		1	Mesa auxiliar	
		1	Armário 02 portas de correr	
	1	1	Mesa Auxiliar	13058

Coordenação de Enfermagem		1	Mesa pequena	
		2	Cadeiras	
		1	Ventilador de teto	
		1	Monitor	
		1	Teclado	
		1	Mouse	
		1	CPU	
		1	Estabilizador - 01	
		1	Impressora (Alugada)	
		1	Armário parede duas portas	
Coordenação do Serviço de Nutrição e Dietética	01 sala (anexo a Coodenação de enfermagem)	1	Mesa Auxiliar	12841
		1	Estabilizador	
		2	Cadeira –	
		1	Armário MDF duas portas	12986
		1	CPU	
		1	Monitor	
		1	Teclado	
Faturamento		1	Mesa	846
		4	Mesa	
		1	Cadeira	5090
		3	Cadeira	
		3	Armário	
		1	Armário Aço 4 Gavetas	
		2	CPU	
		2	Monitor	
		2	Mouse	
		1	Estabilizador	
		1	Prateleira em aço	
		1	Impressora (Alugada)	
		1	Banco madeira grande	
		1	Mesa de ferro com pedra de marmore	
		1	Mesinha com rodinhas	
Arquivo de Prontuários	01 sala	1	Prateleiras em aço pintado –	
		1	Carro de anestesia	
		1	Bisturi Elétrico	
		8	Prateleiras de aço	
		1	Armário de aço com duas portas	
Área superior utilizada para reuniões	01 ante sala	1	Mesa de Reunião	
		1	Mesa de Mármore	
		6	Cadeiras	
		4	Longarinas com 3 lugares cada	



		1	Bebedouro	
		1	mesinha de marmore apoio para bebedouro	
		1	Carrinho em inox com duas portas	

ANEXO 01 C – PLANILHA DE DESPESAS E CUSTEIO.

PLANILHA DE CUSTOS DO HOSPITAL – DR.ALUÍSIO FILGUEIRAS-MUQUI-ES		
<u>ANEXO 1 C</u>		
DISCRIMINAÇÃO	TOTAL MENSAL	TOTAL ANUAL
SALÁRIOS +13º SALÁRIO+ENCARGOS SOBRE A FOLHA + RECOLHIMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS (LEVANTAMENTO SIMULADO DE TODOS OS COLABORADORES, SENDO QUE SERVIDORES EFETIVOS CEDIDOS SERÃO ABATIDOS NO REPASSE+)+DIREÇÃO ADMINISTRATIVA+DIREÇÃO CLÍNICA.	R\$228.500,00	R\$2.742.000,00
VALE TRANSPORTE	R\$500,00	R\$6.000,00
PLANTÕES MÉDICOS – PRIMEIRO PLANTONISTA.	R\$82.600,00	R\$991.200,00
*PLANTÕES MÉDICOS – SEGUNDO PLANTONISTA.	R\$	
*SOBREAVISO DE PEDIATRIA (DEDUÇÃO NA PLANILHA DE EFETIVOS).	R\$	
SOBREAVISOS MÉDICOS DIVERSOS-” APOIO AOS PLANTONISTAS”.	R\$1.000,00	R\$12.000,00
CIRURGIÃO AMBULATORIAL-DUAS VEZES POR SEMANA (DEMANDA AGENDADA).	R\$4.800,00	R\$57.600,00
MEDICAMENTOS HOSPITALARES.	R\$20.000,00	R\$240.000,00
MATERIAL HOSPITALAR.	R\$13.500,00	R\$162.000,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE.	R\$1.000,00	R\$12.000,00
MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA.	R\$2.000,00	R\$24.000,00
COPA/COZINHA E DESCARTÁVEIS/COPA.	R\$1.000,00	R\$12.000,00
ROUPARIA /UNIFORMES E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL.	R\$2.200,00	R\$26.400,00
TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA.	R\$6.000,00	R\$72.000,00
TARIFAS DE TELEFONE FIXO E MOVEL.	R\$500,00	R\$6.000,00
TARIFA D'ÁGUA E ESGOTO.	R\$1.500,00	R\$18.000,00
GASES MEDICINAIS.	R\$3.000,00	R\$36.000,00
GÁS DE COZINHA.	R\$1.200,00	R\$14.400,00
GENÉRIOS DE ALIMENTAÇÃO.	R\$15.000,00	R\$180.000,00
MATERIAL GRÁFICO EM GERAL.	R\$1.000,00	R\$12.000,00
ASSESSORIA TÉCNICA(RESPONSÁVEL PELO CME,CENTRO CIRÚRGICO,ELABORAÇÃO DE FLUXOS E PROTOCOLOS DENTRO DOS PADRÕES DA VISA ,ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E SUPERVISÃO DAS COMISSÕES)-ASSESSORIA PRESENCIAL 3 X NA SEMANA.	R\$4.000,00	R\$48.000,00
SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE INTERNET-SLA 4 HORAS, ENTREGA INSTANTÂNEA DE 50% BANDA LARGA CONTRATADA.	R\$500,00	R\$6.000,00
SERVIÇOS DE EXAMES DE LABORATÓRIO.	R\$9.000,00	R\$108.000,00
SERVIÇOS DE EXAMES DE IMAGEM (USG, TOMOGRAFIA E RESSONÂNCIA)	R\$1.000,00	R\$12.000,00
INSUMOS E MANUTENÇÃO DO SETOR DE LAVANDERIA.	R\$2.500,00	R\$30.000,00
SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA E ALUGUEIS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA.	R\$2.000,00	R\$24.000,00
ITENS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, PEQUENAS OBRAS DE ADEQUAÇÕES DO PRÉDIO E MATERIAIS DE CONSUMO.	R\$4.000,00	R\$48.000,00
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	R\$1.500,00	R\$18.000,00
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE AUTOCLAVE.	R\$900,00	R\$10.800,00
SERVIÇOS DE ECG E TELÉMEDICINA.	R\$2.500,00	R\$30.000,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS, DETETIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXAS D'ÁGUA.	R\$500,00	R\$6.000,00
COLETA E TRANSPORTE DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES.	R\$2.000,00	R\$24.000,00
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES.	R\$1.500,00	R\$18.000,00
MULTAS DIVERSAS E TAXAS DE CONSELHOS DE CLASSE.	R\$250,00	R\$3.000,00
MEDICINA DO TRABALHO, EXAMES ADMISSORIAIS E DEMISSORIAIS.	R\$1.000,00	R\$12.000,00
DESPESAS ADMINISTRATIVAS DIVERSAS, TAIS COMO:HONORÁRIOS CONTÁBEIS(R\$2.500,00), ASSESSORIA JURÍDICA(R\$5.000,00), TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO(R\$4.000,00), PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ENVIO FATURAMENTO SUS(R\$1.500,00) E ASSESSORIA CONTÁBIL E DE PROCESSOS(R\$3.000,00).	R\$16.000,00	R\$192.000,00
DESPESA COM CUSTO ADMINISTRATIVO INDIRETO(CDI).	R\$50.000,00	R\$600.000,00
SERVIÇO COMPLEMENTAR DE SOBREAVISO DE RAIO X (RX).	R\$9.800,00	R\$117.600,00
SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SIMPLES NO APARELHO DE RX E CORRELATOS.	R\$5.000,00	R\$60.000,00
<u>CUSTO TOTAL:</u>	<u>R\$499.250,00</u>	<u>R\$5.991.000,00</u>

*Havendo disponibilidade orçamentária e Financeira por parte da CONTRATANTE, seja por meio de recursos próprios ou oriundos de Emendas parlamentares, poderá a CONTRATADA, executar mediante projeto elaborado pela mesma ou em conjunto com a CONTRATANTE a execução direta de obras físicas de adequação e melhorias da estrutura Física, através da Contratação de Empresa contratada pela mesma, mediante Termo Aditivo Contratual;

*Permissão também da possibilidade da elaboração de Termo Aditivo pela CONTRATANTE, mediante projeto para execução direta de obras físicas, através de mão de obra própria da CONTRATANTE;



*Permissão também da possibilidade da elaboração de Termo Aditivo pela CONTRATANTE, para aquisição de bens patrimoniais (equipamentos e mobiliários de uso hospitalar) seja por meio de recursos provenientes de emendas parlamentares ou recursos próprios oriundos da arrecadação municipal;

*Será mantido e descrito no Contrato o Segundo Plantonista de segunda a Sexta feira diurno com valor de R\$ 1.250,00/ plantão e o pediatra sobreaviso com valor mensal de R\$ 6.000,00. Os recursos para o pagamento mensal de tal despesa será feito mediante abatimento dos valores a serem deduzidos dos salários dos Efetivos Cedidos, cuja planilha mensal é elaborada pelo RH da Administração Municipal. Deverá ser mantida junto a nota mensal de repasse a planilha do RH com os valores dos salários/encargos dos efetivos cedidos e a planilha mensal dos plantões do segundo plantonista;

OBS: Durante vigência do contrato se os valores dos efetivos não for suficiente para pagamento dos plantões do 2º plantonista segunda a sexta a Administração deverá ser comunicada para avaliação de possível aditivo de valor.

*Em casos excepcionais de aumento de atendimentos devidamente comprovados, decorrentes de surtos, epidemias ou outros eventos externos, o Município fará aditivo de valor para custear os valores excedentes das rubricas referentes as despesas assistenciais tais como pessoal, plantonistas, material hospitalar e medicamentos, exames laboratoriais, gases medicinais, alimentação e outros que se fizerem necessário.

*As manutenções de maior complexidade do Aparelho de RX, não estarão incluídas na rubrica de manutenção simples, conforme planilha orçamentária incluída no Processo.

*As manutenções de maior complexidade do Aparelho de RX, não estarão incluídas na rubrica de manutenção simples, conforme planilha orçamentária incluída no Processo.

*As manutenções de maior complexidade (Com valores excedentes a rubrica) e substituição de equipamentos, ficarão a cargo da Prefeitura Municipal de Muqui/Secretaria Municipal de Saúde.

ANEXO 1-D – TERMO DE PERMISSÃO DE USO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL PRÓPRIO MUNICIPAL SITUADO NA RUA JOÃO JACINTO, N. 84, BOA ESPERANÇA, MUQUI, ES, QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE MUQUI, COMO PERMITENTE E COMO PERMISSIONÁRIO, NA FORMA ABAIXO:

Aos xxxx dias do mês xxxdo ano de dois mil e vinte e seis, de um lado o MUNICÍPIO de MUQUI, ente de direito público interno, CNPJ nº 27.082.403.0001/83, com sede na Rua Bernardino Monteiro, nº xx, Centro, Muqui, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado, neste ato pelo Exmo. Sérgio Luís Anequim, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxx-SSP/ES, inscrito no CPF/MF sob o nº xxxxxxxxxxxx, respondendo como prefeito municipal, e, de outro lado, a Organização Social _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com endereço à _____, neste ato representada por _____ na qualidade de _____,

portador da Cédula de Identidade nº _____, CPF nº _____, doravante denominada PERMISSIONÁRIO, assinar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE IMÓVEL PRÓPRIO MUNICIPAL, BEM COMO OS BENS MÓVEIS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES QUE GUARNECEM o Hospital Municipal, doravante designado Termo, a título precário, na forma do



constante no processo administrativo nr. _____ e reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº 9.637/1998, Lei Federal nº 13.204/2015, Lei Municipal nº _____, Decreto Municipal nº _____, e ainda o regramento correspondente às Normas do Sistema Único de Saúde - SUS emanadas do Ministério da Saúde e ANVISA, no que couber, e na forma do instrumento convocatório, aplicando-se a este Termo, irrestrita e incondicionalmente, suas disposições, bem como pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO IMÓVEL

O presente Termo de Permissão de Uso tem por objeto o IMÓVEL situado na RUA JOÃO JACINTO, N. 84, BOA ESPERANÇA, MUQUI, ES, do qual o MUNICÍPIO é senhor e possuidor.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA E FINALIDADE DO IMÓVEL

Está sendo entregue, neste ato, ao PERMISSIONÁRIO e será destinado, exclusivamente, para à prestação de assistência à saúde de usuários do Hospital, vedada a sua destinação para finalidade diversa, sob pena de rescisão de pleno direito do presente instrumento.

Parágrafo Único - Ao IMÓVEL não poderá ser dada destinação diversa daquela mencionada no caput desta cláusula.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A presente Permissão de Uso se rege Este Contrato de Gestão reger-se-á pelas normas da Lei Federal nº 9.637/1998, Lei Federal nº 13.204/2015, Lei Municipal nº _____, Decreto Municipal nº _____, e ainda o regramento correspondente às Normas do Sistema Único de Saúde - SUS emanadas do Ministério da Saúde e ANVISA, bem como de forma suplementar pelos Decretos Municipais nº _____. A CONTRATADA declara conhecer todas estas normas legais e manifesta a sua concordância em sujeitar-se às estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: DO PRAZO

A presente permissão de uso será válida apenas enquanto estiver em vigor o contrato de gestão, do qual é parte integrante, conforme cláusula decima segunda do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DA CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a bem conservar o IMÓVEL cujo uso lhe é permitido, trazendo-o permanentemente limpo e em bom estado de conservação, às suas expensas, incumbindo-lhe, ainda, nas mesmas condições, a sua guarda, até a efetiva devolução, incluindo os bens móveis objetos do inventário.

Parágrafo Único - O PERMISSIONÁRIO deverá enviar à Secretaria Municipal de Saúde, a prestação de contas anual, relativa à conservação do IMÓVEL, devendo informar toda e qualquer alteração, inclusive em relação aos bens móveis que o guarnecem e que foram inventariados, se for o caso.



CLÁUSULA SEXTA: DAS CONSTRUÇÕES E BENFEITORIAS.

E vedado ao PERMISSIONÁRIO realizar construções ou benfeitorias, sejam estas de que natureza forem, sem prévia e expressa autorização da Secretaria Municipal de Saúde de Muqui, devendo a montagem de equipamentos ou a realização de construções subordinarem-se, também, às autorizações e aos licenciamentos específicos das autoridades competentes.

Parágrafo Primeiro - Obriga-se o PERMISSIONÁRIO, sob pena de rescisão do presente Termo, quando da execução de obras de reforma e adaptação dos imóveis às suas necessidades, a promover todas as adequações capazes de assegurar o livre acesso a pessoas portadoras de deficiência ou de mobilidade reduzida nos imóveis, para utilização com segurança e autonomia, de todos os seus sistemas e meios de comunicação, mediante, inclusive, a eliminação ou supressão de barreiras arquitetônicas, existentes nas normas técnicas da ABNT neste referidas. (EM CASO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS PARA REFORMAS E INVESTIMENTOS)

Parágrafo Segundo - O PERMISSIONÁRIO obriga-se a aprovar e realizar as construções atendendo aos ditames que norteiam as construções sustentáveis, sendo estas consideradas as que adotam práticas ambientais e sociais sustentáveis, garantindo a qualidade do ambiente e a seleção de materiais não poluentes e reutilizáveis.

Parágrafo Terceiro - Todos os encargos e despesas decorrentes do atendimento ao disposto no parágrafo primeiro, desta cláusula, correrão por conta do PERMISSIONÁRIO, ficando aderidas aos imóveis todas as alterações nele realizadas para tal finalidade, sem que assista a este qualquer direito a indenização, restituição ou retenção.

Parágrafo Quarto - Finda a Permissão de Uso, reverterão automaticamente ao patrimônio do MUNICÍPIO, sem direito à indenização ou à retenção em favor do PERMISSIONÁRIO, todas as construções, benfeitorias, equipamentos e/ou instalações existentes no IMÓVEL, assegurado ao MUNICÍPIO, contudo, o direito de exigir a sua reposição à situação anterior e a indenização das perdas e danos que lhe venham a ser causados.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO

Obriga-se o PERMISSIONÁRIO a assegurar o acesso ao IMÓVEL objeto da Permissão aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde para a devida fiscalização do uso dos bens moveis e do imóvel.

Parágrafo Único - A execução do presente Termo será acompanhada e fiscalizada pela Comissão de Avaliação, conforme ato de nomeação.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES PARA COM TERCEIRO

O MUNICÍPIO não será responsável por quaisquer compromissos ou obrigações assumidas pelo PERMISSIONÁRIO com terceiros, ainda que vinculados ou decorrentes do uso do IMÓVEL objeto deste Termo. Da mesma forma, o MUNICÍPIO não será responsável, seja a que título for, por quaisquer danos ou indenizações a terceiros, em decorrência de atos do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, visitantes, subordinados, prepostos ou contratantes.



CLÁUSULA NONA: OUTROS ENCARGOS

O PERMISSIONÁRIO fica obrigado a pagar toda e qualquer despesa, tributos, tarifas, custas, emolumentos ou contribuições federais, estaduais ou municipais, que decorram direta ou indiretamente deste Termo ou da utilização do IMÓVEL, bem como da atividade para a qual a presente Permissão é outorgada, inclusive encargos previdenciários, trabalhistas, cabendo o PERMISSIONÁRIO providenciar, especialmente, os alvarás legalmente exigíveis.

Parágrafo Único - O PERMISSIONÁRIO não terá direito a qualquer indenização por parte do MUNICÍPIO, no caso de negação de licenciamento total ou parcial da atividade que se propõe a realizar no IMÓVEL objeto deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA: RESTRIÇÕES OUTRAS NO EXERCÍCIO DOS DIREITOS DESTA PERMISSÃO

O PERMISSIONÁRIO reconhece o caráter precário da presente Permissão e obriga-se, por si e seus sucessores:

- a) a desocupar o IMÓVEL e restituí-lo ao MUNICÍPIO, nas condições previstas neste Termo, ao término do prazo da Permissão, ou no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do aviso que lhe for dirigido, sem que haja necessidade do envio de qualquer interpelação ou notificação judicial em qualquer caso, sob pena de desocupação compulsória por via administrativa;
- b) a não usar o IMÓVEL para destinação diversa da prevista na cláusula segunda deste Termo;
- c) a não ceder, transferir, arrendar ou emprestar a terceiros, no todo ou em parte, inclusive a seus eventuais sucessores, o IMÓVEL objeto desta cessão ou os direitos e obrigações dela decorrentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FORÇA MAIOR

Em caso de incêndio ou da ocorrência de qualquer outro motivo que venha a impedir, total ou parcialmente, provisória ou definitivamente, o uso do IMÓVEL para as finalidades a que se destina, poderá o MUNICÍPIO, mediante decisão do Prefeito, a seu exclusivo critério:

- a) considerar terminada a Permissão de uso, sem que o PERMISSIONÁRIO tenha direito a qualquer indenização, seja a que título for, ou
- b) suspender o prazo da vigência deste Termo, não considerando como efetiva utilização do IMÓVEL o período equivalente ao das obras de restauração ou impedimento provisório do uso deste, devendo, em tal caso, ser lavrado aditamento ao presente Termo, no âmbito da Procuradoria Geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO.

Finda, a qualquer tempo, a presente Permissão de Uso, deverá o PERMISSIONÁRIO restituir o IMÓVEL em perfeitas condições de uso, conservação e habitabilidade.

Parágrafo Único - Qualquer dano porventura causado ao IMÓVEL será indenizado pelo PERMISSIONÁRIO, podendo o MUNICÍPIO exigir a reposição das partes danificadas ou efetuar a retenção do valor correspondente ao prejuízo, como entender que melhor atenda ao interesse público.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REMOÇÃO DE BENS

Finda a presente Permissão de Uso ou verificado o abandono do IMÓVEL pelo PERMISSIONÁRIO, poderá o MUNICÍPIO promover a imediata remoção compulsória de quaisquer bens não incorporados ao seu patrimônio, que não tenham sido espontaneamente retirados do IMÓVEL, sejam do PERMISSIONÁRIO ou de seus empregados, subordinados, prepostos, contratantes ou terceiros, notificando o PERMISSIONÁRIO para no prazo de 15 dias proceder a retirada dos bens, sob pena dos bens particulares removidos do IMÓVEL serem vendidos em hasta pública, devendo as importâncias respectivas ser levadas a crédito de conta de depósitos, até a habilitação do legítimo proprietário, quando, então, se fará restituição, na forma regulamentar, se não houver ocorrido a prescrição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

Sem prejuízo da rescisão deste Termo, no caso do descumprimento de qualquer obrigação legal ou ora assumida, ou ainda na hipótese de eventual infração a quaisquer dos deveres previstos, ficará o PERMISSIONÁRIO sujeito a arcar com multa correspondente à 10% do valor da obrigação mensal, a ser paga em moeda corrente, incidentes sobre o seu valor, atualizado financeiramente pelo INPC, desde seu inadimplemento.

Parágrafo Primeiro - Finda a Permissão de Uso por qualquer das formas aqui previstas, o PERMISSIONÁRIO que não restituir o IMÓVEL na data do seu termo, pagará, a título de multa, além da remuneração devida, uma importância diária fixada no termo correspondente, equivalente a 2% (dois por cento) da remuneração mensal do Contrato de Gestão, sem prejuízo de quaisquer outras sanções.

Parágrafo Segundo - A multa prevista no item anterior incidirá até o dia em que o IMÓVEL for efetivamente restituído ou quando retornar às condições originais, seja por providências do PERMISSIONÁRIO. Nesta última hipótese, ficará o PERMISSIONÁRIO também responsável pelo pagamento de todas as despesas realizadas para tal finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA RESCISÃO DE PLENO DIREITO

Sem prejuízo da natureza precária desta Permissão, o descumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, de qualquer de suas obrigações dará ao MUNICÍPIO o direito de considerar rescindida de pleno direito a presente Permissão, mediante aviso com antecedência (mínima) de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro - Será considerado descumprimento das condições avençadas, para fins de rescisão, o mau uso do IMÓVEL, a alteração de sua destinação, a não realização imotivada do inventário no prazo estipulado, a falta de remessa do dito documento, a não execução de obras de reforma para assegurar o livre acesso a pessoas portadoras de deficiência ou de mobilidade reduzida ou que não atenda às condições de sustentabilidade, assim como a não comprovação da realização da remuneração ou do cumprimento do encargo, cabendo, neste caso, a ocupação do IMÓVEL pelo MUNICÍPIO.

Parágrafo Segundo - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos de processo administrativo, assegurado ao PERMISSIONÁRIO o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Terceiro - Rescindida a Permissão, o MUNICÍPIO, de pleno direito, se reintegrará na posse do IMÓVEL e de todos os bens afetados à Permissão, oponível inclusive a eventuais cessionários e ocupantes.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES

O PERMISSIONÁRIO será notificado das decisões ou dos despachos proferidos ou que lhe formulem exigências, por meio eletrônico ou postal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO RITO PROCESSUAL.

A cobrança de quaisquer quantias devidas ao MUNICÍPIO e decorrentes do presente Termo, inclusive multas, far-se-á pelo processo de execução, mediante inscrição em Dívida Ativa.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O MUNICÍPIO providenciará o encaminhamento de cópia autêntica do presente Termo ao Tribunal de Contas do Estado, no prazo determinado por este e à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo deverá ser publicado, em extrato, no Diário Oficial ou Portal da Transparência, dentro de 20 (vinte) dias contados de sua assinatura, por conta do PERMISSIONÁRIO, ficando condicionada a essa publicação a plena eficácia do mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: FORO

Fica eleito o foro central da Comarca de Muqui para dirimir qualquer questão oriunda do presente Termo ou de sua execução, renunciando o PERMISSIONÁRIO, por si e seus sucessores, a qualquer outro foro que tenha ou venha a ter, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DAS CONDIÇÕES JURÍDICO-PESSOAIS

O PERMISSIONÁRIO apresenta, neste ato, toda a documentação legal comprovando o atendimento das condições jurídico- pessoais indispensáveis à lavratura deste Termo, que, lido e achado conforme, é rubricado e assinado pelas partes interessadas, pelas testemunhas.

Muqui, _____ de _____ de 2026.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIO